

Acção Médica



Ainda a Família

Ano LXXVII N° 1 Janeiro/Março 2013

SUMÁRIO

«HABEMUS PAPAM»	
<i>Direcção</i>	5
AINDA A FAMÍLIA	
• Segredo da Família, segredo da saúde, segredo da Fé	7
<i>Pe. Duarte da Cunha</i>	
• Família, espaço de resistência	48
<i>A. Bagão Felix</i>	
• A Família e as crises	51
<i>J. Boléo-Tomé</i>	
• Família e sociedade	63
<i>Pedro Vaz Patto</i>	
• A Família, o divórcio e a Fé	75
<i>Pe. John Flynn</i>	
• Uma nova Carta dos Direitos da Família	79
<i>Sérgio Mora</i>	
NOTÍCIAS E COMENTÁRIOS	
- Abuso da autoridade	85
- Alcoolismo	86
- “Casamento” homossexual	88
- «Acção Médica» há 50 anos	92

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Pagamento adiantado

Associados da A.M.C.P.: desde que a quotização esteja regularizada recebem a revista sem mais qualquer encargo. Por ano 37,50 €

Não Associados:

<i>Portugal</i>	
Um ano (4 números)	20,00 €
Avulso	5,00 €
<i>Estrangeiro</i>	
Acrescem as despesas de envio	
<i>Estudantes</i>	10,00 €



ACÇÃO MÉDICA
ORGÃO E PROPRIEDADE
DA A.M.C.P.

ANO LXXVII, N.º 1

MARÇO 2013

Fundador

José de Paiva Boléo

Director

J. Paiva Boléo-Tomé
(paivaboleotome@gmail.com)

Sub-Director

Alexandre Laureano Santos
(a.laureano@netcabo.pt)

Administradora
Ana Sarmento

(antoniosarmento55@sapo.pt)

Redactores

Abel Sampaio Tavares
Laureano Santos

Luís Rosário
José Augusto Simões

Vitor M. Neto
José E. Pitta Grós Dias

Conselho Científico

Walter Osswald
Levi Guerra
Daniel Serrão

Henrique Vilaça Ramos
Jorge Biscaia
José Pinto Mendes

Lesseps L. dos Reys

Número de Identificação: 501983589

ISSN – 0870 - 0311 – INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER

Depósito Legal n.º 28367/89 – Dep. D.G.C.S. n.º 106542

Administração: Rua de Santa Catarina, 521 – 4000-452 PORTO – Telef. 222073610

<http://amcp.com.sapo.pt>

Redacção: Rua de Santa Catarina, 521 – 4000-452 PORTO – Telef. 222073610

Execução Gráfica: T. Nunes, Lda - Rua Novo Horizonte, 313 – Frejufe – 4475-839 MAIA

Tiragem: 750 exemplares

**ASSOCIAÇÃO DOS MÉDICOS
CATÓLICOS PORTUGUESES**

Sede: Rua de Santa Catarina, 521 — 4000-452 Porto

DIRECÇÃO NACIONAL

Presidente: José Rueff Tavares

Vice-Presidente: João Paulo Malta

Secretário: Ana Félix

Tesoureiro: Ana Sarmento

Vogais: Margarida Neto

Aldina Brás

José Patena Forte

Rui Barreira

Assistente: Conégo Dr. José Manuel Santos Ferreira

Secretária: Maria de Fátima Costa (mfmléal@gmail.com)

NÚCLEOS DIOCESANOS (PRESIDENTES)

Aveiro: Jorge Rodrigues Pereira

Braga: Maria Emília Duarte Oliveira

Coimbra: Augusto Pinto

Faro: Santos Matos

Guarda: Víctor Santos

Lisboa: Sofia Reimão

Porto: Manuel Pestana Vasconcelos

Viana do Castelo: Avelino Gomes Amorim

Viseu: João Morgado

ABERTURA

PAPA BENTO XVI



PAPA FRANCISCO

28 de Fevereiro, 20.00 horas:

Bento XVI conclui o seu Pontificado, por renúncia anunciada na 2ª feira, dia 11 do mesmo mês. Sentindo que perdia rapidamente as forças, quer do corpo, quer do espírito, o Papa reconhecia-se incapaz “para administrar bem o ministério” que lhe tinha sido confiado. Com palavras simples o Papa Bento XVI anunciava a sua renúncia, para espanto de todo o mundo.

Admirado pela sua inteligência excepcional deixa-nos documentos doutrinários admiravelmente escritos que marcam e continuarão a marcar

o mundo do pensamento. O Papa Teólogo, o Papa da Cristologia, o Papa da Fé, o Papa da Unidade e do Diálogo, retira-se humildemente para servir a Igreja “com uma vida consagrada à oração”.

Obrigado Papa Ratzinger, obrigado Papa Bento XVI, obrigado Santo Padre.

13 de Março, 2013:

O Conclave dos cardeais eleitores encerra a sua missão. Fora eleito um novo Papa, o cardeal Jorge Bergoglio, vindo de Buenos Aires, “quase no fim do mundo”, nas suas próprias palavras. Escolheu Francisco para seu nome, numa homenagem bem clara ao poverello de Assis. E como Papa Francisco iniciou a sua missão pedindo à multidão que o aclamava que rezasse por ele e com ele, acompanhando-o em silêncio numa oração do povo pedindo a bênção para o seu Bispo. E fez-se silêncio na enorme Praça de S. Pedro. Seguiu-se a bênção para o povo, urbi et orbi, e a despedida, simples, familiar.

Este é o Papa Francisco que, ao longo dos dias e semanas nos vem dando mais sinais de uma presença diferente.

«Acção Médica» saúda-o com respeito filial, garantindo a fidelidade aos valores que elevam e enobrecem o ser humano.

A Direcção

O SEGREDO DA FAMÍLIA, O SEGREDO DA SAÚDE, O SEGREDO DA SOCIEDADE*

P. Duarte da CUNHA

Confesso-me honrado com o convite que me foi feito para participar neste congresso. A Associação dos Médicos Católicos em Portugal, como aliás em todo o mundo, é muitíssimo considerada e reconhecida como uma associação séria, onde os seus membros se salientam quer como homens e mulheres que se esforçam por viver a fé na sua vida privada e no cuidado e tratamento dos doentes, quer como médicos e cientistas que procuram a verdade e tentam ajudar a sociedade a descobrir ou redescobrir os grandes princípios morais inalienáveis que devem ser respeitados e defendidos no cuidado das pessoas e na investigação científica. Por isso, participar neste vosso congresso apresentou-se logo como um desafio para o qual não sei se estou à altura, mas que aceitei porque confio na vossa benevolência e porque espero conseguir dizer-vos algo de útil que cada um poderá aproveitar conforme melhor lhe aprouver. Peço desculpa se em alguns momentos parecer demasiado filosófico mas garanto-vos que por detrás do que vos vou dizer não está uma ideologia mas uma experiência de vida. Espero ainda que no fim possam partilhar as minhas conclusões (reflexões).

* Congresso da Associação dos Médicos Católicos Portugueses, 1 de Dezembro de 2012

Neste vosso congresso o tema da família tem estado no centro das várias comunicações. Não é, certamente, por acaso. Sem família não sabemos quem somos, não temos uma saúde completa enquanto pessoa nem temos uma sociedade com um rosto humano. Hoje, em tempo de crises, centrar na família a nossa atenção não é uma opção entre outras, mas o único caminho verdadeiro que pode trazer alguma esperança. Proponho-me partilhar convosco algumas reflexões que julgo serem o fundamento da nossa concepção cristã de família, que devem estar presentes na acção médica e direi mesmo que devem ser o centro da vida da sociedade se esta se entende como um lugar para a pessoa viver plenamente a sua humanidade e não apenas como um lugar onde reside uma amálgama de gente.

Amor social e Justiça social

Queria tentar, nestes minutos que me oferecem da vossa atenção e paciência, aprofundar uma convicção que, desde há bastante tempo, tenho vindo a intuir e que, à medida que vou viajando e encontrando pessoas um pouco por toda a Europa e com responsabilidades muito variadas, me dou conta de abranger toda a realidade humana, ainda que, infelizmente, só raramente seja considerado como um factor fundamental da vida social. É algo que tem que ver com o trabalho de um profissional da saúde, mas nem todos acham que tem uma relação necessária com o trabalho de médico ou sequer com o trabalho em geral. Aliás temo que possa parecer mesmo a alguns católicos demasiado estranho falar disto no contexto do trabalho ou da medicina, e que haja em alguns a tentação de reduzir a relevância do que vos quero dizer considerando que é discurso de padre e não uma questão ligada à vida real. Mas também estou convencido de que há muita gente que está aqui que tenta já pôr em prática na vida - não apenas na vida privada mas em todos os âmbitos da vida - aquilo que estou para vos dizer. Não vou - posso garantir-vos - falar de uma utopia, de um sonho bizarro ou de uma pia intenção, mas de algo que

muitos vivem e que se for bem compreendido pode e deve ser vivido ainda por mais gente.

Parto de uma frase de São Paulo na primeira Carta aos Coríntios, capítulo 8.1, que diz: “a caridade edifica”. É esta convicção que gostaria de desenvolver. Ou seja, queria mostrar que a sociedade só conseguirá vencer as crises e desenvolver-se como lugar humano e atraente e não apenas como aglomerado de indivíduos que se degladiam ou que simplesmente se suportam, se der valor à caridade, ou, se preferirem, ao amor, e o considerar não apenas como uma questão afectiva e privada, mas como o fermento de todas as relações sociais.

Começo por sublinhar que a Igreja no seu magistério, já desde há muito, que tem falado disto, mas é bem evidente que, no nosso mundo secularizado, ela nem sempre se consegue fazer ouvir, neste como noutros campos, como uma voz pertinente. Mesmo algumas vezes na Igreja nem todos conseguem ver o significado completo do que os Papas querem dizer. Há, com efeito, muitos documentos da Igreja que falam da necessidade do “amor social”, como algo que vai para além da “justiça social” e que a Igreja considera fundamental para edificar a sociedade. O último grande documento a insistir neste facto é a encíclica de Bento XVI *Caritas in veritate*. Parece que a primeira pessoa a usar a expressão “amor social” foi São Bernardo no seu livro sobre o amor de Deus, quando diz que o amor que uma pessoa tem por si, quando se abre ao bem comum torna-se um amor social (*de diligendo Deo* 23). Para S. Bernardo era claro que o amor tem uma relação com o bem da pessoa mas também com o bem comum. Na realidade, desde Jesus que os cristãos sabem que a caridade é a Lei fundamental da vida humana e social e sabem que esta nova lei vai além da justiça e não é apenas uma coisa da vida privada. A questão está em saber como é que se entende amor e caridade e de que modo isso se distingue da simples justiça.

No tempo mais recente, podemos ouvir o Beato João Paulo II dizer-nos na sua primeira Encíclica que “a situação do homem contemporâneo está longe das exigências objectivas da ordem moral, longe das exigências da justiça e, ainda mais, do amor social” (RH 16). Ou seja, o Papa relaciona justiça e amor com a moral, mas também distingue as duas virtudes, considerando que o amor é “mais ainda” do que a justiça. Deixa, deste modo, perceber que o amor é o mais elevado ideal das relações humanas e que o devemos perseguir para além da justiça se queremos viver segundo as exigências da ordem moral. Aliás nessa mesma Encíclica o Papa diz também que sem o amor não podemos viver. “O homem não pode viver sem amor. Ele permanece para si próprio um ser incompreensível e a sua vida é destituída de sentido, se não lhe for revelado o amor, se ele não se encontra com o amor, se o não experimenta e se o não torna algo seu próprio, se nele não participa vivamente.” (RH 10)

O Papa Bento XVI, que tem usado até nos títulos de alguns dos seus principais documentos a palavra caridade, quer mostrar que a caridade não é, de modo algum, secundária na vida de cada pessoa e das famílias, mas também tem procurado mostrar que a caridade é um ideal que a sociedade no seu conjunto deve procurar viver. Uma das suas insistências do Papa para mostrar a relevância do amor social tem sido o de mostrar que amor e verdade não se separam, o que também quer dizer que justiça e caridade não se podem separar ou que fé e razão ou fé e caridade não podem ser vistas como questões separadas. Em concreto, para o que me interessa aqui desenvolver, recordo que Bento XVI dizia na sua encíclica “*Deus Caritas est*”, que os que trabalham pelo bem da sociedade devem ser animados pela “caridade social” e não apenas pela justiça social, dando o exemplo de vários santos que por estarem animados por esta caridade, recebida como dom de Deus e heroicamente posta em prática, foram capazes de mudar o mundo.

Mas se quisermos ser ainda mais precisos podemos citar o Papa Paulo VI que no discurso pelos 25 anos da FAO, em 1970, dizia: “a justiça social faz-nos respeitar o bem comum e a caridade social faz-nos amá-lo”. Interessante que já Aristóteles na Sua Ética a Nicómaco dizia que a Justiça é a mais elevada das virtudes humanas que uma pessoa pode ter presente nas suas acções, mas depois também dizia que ela é ultrapassada pela amizade, que, segundo o filósofo, não é propriamente uma virtude, mas é “como uma virtude” com a característica de ser uma relação que envolve várias pessoas. Para ele, se duas pessoas são amigas significa que, não só vão respeitar o bem a que o outro tem direito, mas vão querer o bem dele e trabalhar para esse bem. Todos sabemos como é importante aquilo que respeitamos, mas também sabemos que o respeito não é suficiente para nos mobilizar, ao passo que o que amamos leva-nos a agir para conseguir o bem e, por isso, o amor gera justiça social mas, porque quer mais do que o simples respeito pelo direito da pessoa, e quer o bem completo do amado, gera pessoas e sociedades felizes.

A questão que se coloca agora é saber de que amor estamos a falar para depois perguntarmos se estamos ou não convencidos que ele seja capaz de, como dizia São Paulo, “edificar” ou se pensamos que ele só serve para distrair ou dar algum prazer, atenuando as dificuldades da vida. Para isso começo por fazer uma rápida e necessariamente limitada análise do que hoje a mentalidade comum pensa sobre o amor, de acordo com um conjunto de ideias que encontramos descritas em muitos lugares. De seguida procurarei apresentar uma noção cristã do amor que creio ser o segredo da vida familiar, do trabalho, em concreto do trabalho de quem ajuda outros a viver, e da sociedade em geral e que ultrapassa a simples justiça ou a lógica da eficácia própria da mentalidade utilitarista e técnica em que vivemos hoje em dia.

Como a cultura contemporânea vê o amor

Um primeiro aspecto cultural que podemos todos constatar é que o amor, hoje em dia, apesar de estar constantemente presente em tudo o que é filmes e livros, é algo sobre o qual não se fala muito em público porque se considera um assunto privado e desligado das coisas “sérias” da sociedade. Pode haver mais horas de televisão a falar de amor do que de questões de justiça, mas nos noticiários o amor não é considerado como um facto. Ele é considerado como algo privado cuja incidência na vida real da sociedade é irrelevante. De tal maneira ele é pensado como uma coisa pessoal que se considera impossível de ser definido ou sequer descrito. A sociedade, essa, precisa da justiça, da ciência, de estratégias e projectos de acção, ou seja, daquilo que pode ser dominado pela razão com uma qualquer técnica. O amor, porque está reduzido ao sentimento individual, não pode ser objectivo e, por isso, que tem de ficar fora das relações laborais, sociais e políticas. Aliás porque se reduziu o amor a um sentimento e muitas vezes ao sexo sem responsabilidade, até se considera algo a evitar nos lugares de trabalho ou na vida social. É por isso que há quem faça imediatamente uma ligação entre amor e sexo e, por isso, tenha medo de falar de amor. **A privatização do amor**, tal como a privatização da fé, coincide com um divórcio entre privado e público, entre o interior e o exterior da pessoa. Ora, se é certo que o amor pressupõe o sentimento e que este pode ser o ponto de partida para um amor sério, o amor é, certamente, mais do que um sentimento. Como dizia Bento XVI: “o amor não é apenas um sentimento. Os sentimentos vão e vêm. O sentimento pode ser uma maravilhosa centelha inicial, mas não é a totalidade do amor.” (*Deus Caritas Est*, 17)

Em síntese, a privatização do amor anda a par com uma compreensão do amor muito sentimental. Isto leva a que o amor, que é a lei fundamental do Evangelho, seja descristianizado e volte a ser pagão.

Na verdade, com a privatização do amor e com a sua redução a sentimento, ele deixa de estar ligado a uma decisão madura de alguém que dá a vida por outro para voltar a estar entregue a uma criança, o cupido, que ainda antes do uso da razão dispara flechas sem nenhum objectivo claro, provocando nas suas vítimas uma paixão impossível de ser controlada. O irracional e o fatal voltam a ser as características do amor. É verdade que entre um homem e uma mulher pode acontecer um amor à primeira vista que não é explicado pela razão e que pode ser muito intenso, mas na realidade deveríamos chamar a este sentimento apenas um embrião de amor. Já é amor, mas estaríamos mal se para nós amor fosse apenas esse sentimento inicial e se ele não se desenvolvesse. O amor simplesmente sentimental pode ser anterior ao uso da razão e por isso do conhecimento do amado em profundidade, das suas reais necessidades, mas faz um apelo à razão e à vontade porque quer crescer e fortificar-se para permanecer fiel. A simples paixão, como há quem veja o amor, é algo que pode ofuscar e cegar a razão, porque é um impulso que se sente e que se deixa de sentir sem que se consiga controlar, mas na realidade ela é em germen, um amor que pede para ver e para ser controlado por algo que lhe dê a garantia de poder crescer e não desaparecer. Sentimentos muito fortes, em muitos casos, são uma distração da vida e podem mesmo prejudicar a justiça e o trabalho, mas isso só acontece se a pessoa não der o passo que garanta a esse sentimento uma estabilidade e uma maturidade. Quantas vezes não se diz: se tu és amigo dele não podes ser justo porque vais de certeza favorecê-lo. É certo que a justiça deve ser cega e não beneficiar os amigos, mas numa amizade verdadeira consegue-se ver muito melhor o que é o bem de todos porque não se vê só o que está à vista, e isso faz com que a justiça seja muito mais segura. Como hoje apenas a justiça é considerada construtora da sociedade, e como esta nunca pode ser sentimental, vemos que ela apresenta-se muitas vezes em oposição ao amor. Aliás é isso que justifica a posição de quem defende que o amor deve ser radicado das relações sociais e ficar no privado,

porque só assim se pode garantir que haverá justiça. A grande disputa entre o privado e o social é hoje evidente e não está de modo nenhum resolvida na nossa cultura. Não é só a fé que é relegada para o privado, é também o amor. As duas dimensões que o ideal cristão apresentava como máximo de justiça: a *religião* que regula a justa relação com o Criador e a *caridade* que regula as relações sociais, estranhamente são hoje questões não sociais!

O *amor* entendido como uma *paixão privada* tem ainda uma outra característica muito relevante para a vida social, ele é *desligado de critérios morais*. Ou seja, o amor anda desligado da verdade, da decisão, do sacrifício como era visto na moral cristã. Bento XVI adverte para este perigo na sua encíclica «*Caritas in Veritate*», ao dizer: “Só na verdade é que a caridade refulge e pode ser autenticamente vivida. A verdade é luz que dá sentido e valor à caridade. Sem a verdade, a caridade cai no sentimentalismo. O amor torna-se um invólucro vazio, que se pode encher arbitrariamente. É o risco fatal de uma cultura sem verdade; acaba-se prisioneiro das emoções e opiniões contingentes dos indivíduos, fica uma palavra abusada e adulterada, chegando a significar o oposto do que é realmente.” (CiVe 3) O mesmo será dizer, com Karol Wojtyła, que o amor humano, acontecendo entre pessoas, não pode ser reduzido ao simples «amor cósmico», ou ao que se poderia também chamar amor natural, porque não é uma simples tendência teleológica, mas é uma relação entre pessoas e, por isso, tem um carácter pessoal ao qual está ligado, precisamente, o seu profundo significado moral. (cf. Karol Wojtyła, *Amor e Responsabilidade*)

Além disso, com a descristianização do amor e com a sua separação da moral também se perde toda a consciência da responsabilidade e, por isso, do pecado, do perdão e, mais ainda, da reconciliação, como se esta deixasse de fazer sentido quando se perde, como se diz, o sentimento pelo outro. Este movimento de desmoralização

do amor tem que ver com a redução do bem moral ao que a consciência da pessoa individual aceita, sem recurso a nenhum critério externo ao qual ela deva obedecer. Esta é uma das razões pelas quais o mundo secularizado em que vivemos e que não sente necessidade de se referir a nenhuma instância superior, pensa que nenhuma acção ou sentimento devam ser submetidos a um juízo moral externo. A consciência é a juíza de si mesma. Quando um cristão diz que a consciência está no centro da vida moral pensa que ela é a voz de Deus à qual ele tenta obedecer, mas quando uma pessoa que não acredita que Deus lhe possa falar diz que age segundo a sua consciência está a usar a mesma palavra mas entende-a de modo completamente diferente. Para um, há um critério objectivo e superior que indica o bem, para outro o critério último é ele mesmo, ou melhor, não o que ele é, mas o que julga que é, os seus sentimentos ou projecções de si.

A autodeterminação, que tem muito que ver com a consciência, é fundamental nas relações sociais e no amor, porque só quando eu sou senhor de mim mesmo posso também dar-me aos outros e dispor de mim para ir ao encontro do outro, mas, na compreensão que hoje se tem deste conceito, parece que se quer dizer que a pessoa que se autodetermina não tem nada transcendente a si que a obrigue ou lhe indique um caminho mais verdadeiro. A autodeterminação é hoje mais equiparada ao egoísmo do que ao amor! É certo que não faz sentido dizer que amamos o outro se ao mesmo tempo dissermos que somos forçados a amar. Mas a liberdade é algo que pertence à ordem da razão e não do sentimento e, por isso, é algo que tem que ver com a escolha de um bem e não com a fatalidade de um sentimento. A verdadeira liberdade, ou a autodeterminação, para ser verdadeira, deve sempre confrontar-se com algo que transcende o eu: seja o tu do amigo, do concidadão, do colega, ou o Tu de Deus.

Ninguém pode dizer que ama o mal! Isso seria doentio. Mas

se o amor está desligado da moral deixa de haver bem e mal. Esta conclusão leva a dizer que não há paixões desordenadas, ou que há pseudoamores que são mais egoísmos do que amor, ou que há actos que mesmo que possam parecer provir do amor são apenas um instinto que busca um prazer imediato, etc... Assim, alguns aspectos do que se considerava como dimensões do amor, como a fidelidade, o sacrifício, a atenção ao outro, facilmente são considerados aspectos de uma mentalidade antiga que a Igreja impunha, dizem os que não aceitam a perspectiva da fé, e que reduzia o amor a uma obrigação fazendo perder aquela espontaneidade própria dos sentimentos. Interessante que a exaltação da liberdade como “possibilidade de fazer o que me apetece”, se formos lógicos, entra em conflito com este amor sentimento, não controlado pela vontade e pela verdade. Como posso dizer que sou livre se o sentimento é inevitável? Não resolve o problema como alguns julgam, dizer que o amor é sempre algo que tem de ser espontâneo e que por isso é livre porque não tem de responder a ninguém. Há mesmo quem pareça dizer que o único problema moral que pode atingir o amor ocorre quando este passa do privado para o público. Ou seja, está errado ser muito amigo dos colegas, está errado um médico dizer que tem amor pelos seus pacientes, está errado um professor dizer, como dizia Sebastião da Gama, que ama os seus alunos. Em tudo isso, o mundo de hoje vê imediatamente um impedimento para que a função social do trabalho, do médico, do professor, etc. se desenrole justamente por que acha-se que perde a objectividade neutra. A mentalidade descristianizada não é capaz de perceber que há amizades que em vez de impedirem a pessoa de ser objectiva lhe dão mais vontade de estar empenhado na acção e no trabalho. E, por outro lado, o amor apenas sentimento entre duas pessoas é sobretudo pensado como um acaso irracional ou, então, um acordo de dois egoísmos por meio do qual “tu dás-me o que eu quero e eu o que tu queres e por isso estamos bem servidos os dois”. Mas se eu amo o outro, quero o bem para ele e não estou moralmente autorizado a fazer algo que, no fim, faça mal ao outro,

mesmo que ele consinta. Hoje há a ideia de que o facto de se fazer o que se quer se o outro aceita isso se torna *ipso facto* moralmente justificável. Mas parece-me evidente que uma sociedade assente em critérios irracionais e amorais não pode edificar-se.

O amor aparece assim sempre como algo não objectivo e, por isso, perigoso para as relações de trabalho. Considera-se que no âmbito do trabalho devem prevalecer as relações frias e julga-se que só estas são objectivas e eficazes. Paradoxalmente fazem-se muitas actividades de *team-building*, mas estas têm como objectivo fazer com que uma empresa e os seus resultados se tornem o bem que cada um quer e que todos juntos procuram, e não tem em conta a pessoa real que fica de fora deste jogo de relações. Dá-se com estas iniciativas uma certa importância ao sentimento, procurando-se evitar os maus sentimentos que criam problemas no trabalho e promover os bons sentimentos de simpatia que promovem a colaboração. Pensa-se, no entanto, que é preciso ter cuidado para que as amizades inter-pessoais não dêem uma carga excessivamente afectiva à relação entre duas pessoas porque, na lógica moderna, isso impede o uso da razão. Isto chega ao ponto de quando duas pessoas amigas trabalham juntas devem disfarçar essa amizade e quase que se defende uma espécie de esquizofrenia: “eu aqui não te conheço e depois do trabalho podemos ir beber cervejas juntos e se for o caso até dormir juntos!” Apesar de tudo isto ser complexo e correndo o risco de poder ser mal compreendido por causa da brevidade dos exemplos, queria aqui apenas referir estas notas que me parecem evidentes e que demonstram sobretudo uma concepção do amor e, ultimamente da pessoa humana, que precisa de ser revista e re-evangelizada se queremos ser fiéis ao que aprendemos de Jesus sobre o ideal da nossa vida e se queremos edificar uma verdadeira sociedade.

Finalmente faço referência a uma outra dimensão do amor de que se fala muito hoje e que está muitas vezes separada do amor

interpessoal e que, por isso, ao contrário da amizade, tem direito de cidadania até nos noticiários. Falo da *solidariedade*. Um termo que nasce fora do cristianismo, quase como contraponto à caridade, mas que com os acontecimentos na Polónia do final dos anos 1970 e com o Papa João Paulo II começou a ter uma interpretação cristã. O Papa na Encíclica *Solicitudo Rei Socialis*, de 1987, dizia sobre a solidariedade: “Trata-se antes de tudo da interdependência apreendida como sistema determinante de relações no mundo contemporâneo, com as suas componentes - económica, cultural, política e religiosa - e assumida como categoria moral. Quando a interdependência é reconhecida assim, a resposta correlativa, como atitude moral e social e como «virtude», é a solidariedade. Esta, portanto, não é um sentimento de compaixão vaga ou de enternecimento superficial pelos males sofridos por tantas pessoas próximas ou distantes. Pelo contrário, é a determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum; ou seja, pelo bem de todos e de cada um, porque todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos.” (João Paulo II, SRS 38)

Apesar disso, não é a interpretação cristã de João Paulo II que prevalece actualmente, mas a concepção secular. A solidariedade como o mundo a compreende não é tanto uma dinâmica do amor que me faz descobrir o outro e me mobiliza para o ajudar, mas um sentimento de pena que se associa à exigência da justiça social que diz que todos os homens devem ter o que precisam para viver. Amar, porém, não é apenas sentir pena do pobre que vive em África, ou da criança que sobreviveu a uma calamidade mas perdeu a sua família. É claro que há muito de positivo nas chamadas campanhas de solidariedade e não se pode negar que graças à televisão muitas vezes certas campanhas conseguem diminuir o sofrimento de muita gente. Neste sentido é bom que haja uma crescente sensibilidade para a justiça social e que haja modo de mostrar o sofrimento de tantos para despertar bons sentimentos nos que podem ajudar. O que aqui ponho

em questão não é a justiça social que deve ser mantida e defendida, nem a solidariedade que leva muita gente a participar em campanhas de ajuda a vítimas de guerras ou calamidades naturais, mas a minha pergunta é se basta o motor da justiça, mesmo que associada à solidariedade, para edificar a sociedade, ou se, pelo contrário, precisamos do motor do amor compreendido como uma realidade social e não apenas privada. Ou, por outras palavras, a minha questão é saber se podemos ficar satisfeitos com uma solidariedade mais ou menos anónima.

Em síntese, podemos dizer que na nossa sociedade secularizada o amor tende a ser um sentimento instintivo, erotizado e desligado da moral; vimos que a caridade tende a ser considerada irrelevante, quando não é acusada de manter injustiças, porque em vez de levar as pessoas a combater os governos injustos ajuda a diminuir o sofrimento, que já os comunistas consideravam ser a propulsão para a revolução que iria finalmente impor a justiça; e finalmente vimos que a solidariedade, que é em si uma coisa boa, tende a ser uma relação anónima e por isso desligada do amor e mais ligada à justiça.

Passamos, agora para o segundo ponto, que é a tentativa, necessariamente incompleta, de dizer o que é o verdadeiro amor, a partir da nossa fé cristã. Trata-se, como alguns já tem dito, de fazer uma ciência do amor.

Teologia do amor

São Tomás dizia que ao estudar o que os filósofos e os teólogos disseram não lhe interessava apenas conhecer a história das palavras ou o que os autores tinham dito ou sentido sobre os assuntos, mas conhecer a verdade. (cf. S. Tomás, *De Caelo et mundo expositio*, I, 22). É desse modo que também nós devemos procurar perceber o que é o amor, não segundo esta ou aquela opinião, mas a partir da

fonte que é o próprio Criador. Para que não nos confundamos no marasmo de opiniões, que no nosso tempo deram vida ao que Bento XVI chama de ditadura do relativismo, precisamos, de facto, partir de um fundamento superior que os antigos tinham como evidente e estava como pressuposto mesmo quando se fazia filosofia, mas que hoje precisa de ser recordado. Como diz John Milbank, “houve um tempo em que não havia a secularidade” (John Milbank, *Theology and Social Theory*, 1998) ou seja, antigamente tudo era visto e vivido num ambiente cultural e intelectual que reconhecia Deus como fundamento de toda a realidade, independentemente de se ser mais ou menos fiel á Igreja e de se ser desta ou daquela religião. Com o fim da Idade Média e o alvor da Modernidade surgiu a separação entre o secular e o religioso, aparentemente como uma garantia contra a teocracia e a ingerência do clero em tudo, mas que acabou por criar dois mundos paralelos, o da fé e do sobrenatural e o da razão e do natural. Uma das consequências é o facto de que também sobre o amor perdemos a unidade entre amor, justiça, religião e acção social. É por isso que chegámos a um momento onde, ou temos um fundamento teológico para falar da realidade, e concretamente do amor, vencendo a estranheza entre o mundo natural e o sobrenatural, ou continuamos a tentar em vão criar um mundo melhor autónomo e acabamos por cair no nihilismo céptico que não só não conhece um sentido para a realidade como chega a afirmar que nada tem valor objectivo. Esta é a complicada situação do nosso tempo.

Hoje o percurso para conhecer a realidade, e em especial as questões antropológicas, deve, portanto, partir da teologia para chegar à filosofia, fazendo um percurso inverso ao que era feito na época escolástica, onde se começava por aquilo que era considerado como acessível à razão - filosofia - para depois ir ao que a Revelação acrescentava - teologia. Mas é preciso recordar que na Idade Média a fé, ou pela menos a crença em Deus Criador, era um pressuposto da

vida de todas as pessoas, e por isso também a filosofia era enquadrada numa perspectiva religiosa. Isso levava a considerar o conhecimento da natureza a que a razão tem acesso como algo de objectivo e normativo para todos, porque era evidente que vinha do Criador e não dependia de sentimentos ou caprichos. Hoje pensamos muitas vezes que a Idade Média era um tempo obscurantista que desprezava a razão, mas na realidade, porque a fé era uma constante na vida, havia uma grande confiança na razão, que se considerava a faculdade dada por Deus e com a garantia de Deus, que os seres humanos têm para conhecer a verdade. A razão era sempre entendida como capaz de pensar a vida e fundamental para se fazer a filosofia, mas também imprescindível para a teologia e para se ter uma relação com Deus. Com o racionalismo da modernidade, paradoxalmente, ao fazer da razão o critério absoluto da realidade, fechou-se a possibilidade de um conhecimento racional da realidade objectiva e de Deus (pensemos em Kant e em todos os filósofos iluministas até aos existencialistas ateus dos séculos XIX e XX). A razão deixou de ser uma capacidade humana pela qual a pessoa se abre à verdade, para se tornar a medida das coisas. A tragédia foi grande, como documenta a história do século XX, e teve repercussões muito para lá da filosofia porque entrou na política, na vida social, na cultura em geral. Chegamos ao início do terceiro milénio e, como a modernidade não cumpriu a promessa de resolver todos os problemas, estamos a atravessar uma enorme crise da razão. É assim que o desenlace inevitável da modernidade racionalista é esta pós-modernidade estafada e triste que considera impossível o conhecimento da verdade e da realidade. Paradoxalmente este estado cultural pode tornar-se uma ocasião privilegiada para darmos um novo rumo ao pensamento, porque nos faz perceber que a salvação da razão não está na sua independência em relação à fé mas na sua harmonia com a fé. É porque hoje vivemos num ambiente completamente descristianizado que, para voltarmos a confiar na razão, temos, a meu ver, que repartir da fé invertendo

o método escolástico e recuperando a noção religiosa da existência. É isso que me proponho agora a fazer: partir da revelação do amor, para perceber a realidade do amor humano e do amor social.

Antes porém, queria perguntar se isto interessa? Interessa perceber o que Deus pensa do amor humano? Achemos importante perceber a relação entre o que Deus pensa e o sentido da nossa vida? Temos consciência de que ao falar de família temos de procurar perceber o que é o amor para lá dos sentimentos e que para isso temos de perguntar a Jesus, que é a revelação de Deus mas também a revelação do homem, o que é verdadeiramente amar? E temos consciência da urgência social que é recuperar uma noção do amor que esteja à altura do ser humano e que não seja apenas um instinto animal sofisticado? É que filosofia, teologia ou qualquer ciência, ou são conhecimentos que nos interessam ou são algo que gera diletantismo estéril e ridículo. Se é algo que nos interessa, é algo que procuramos perceber e viver. E se percebemos que é importante não pensamos já saber tudo sobre o assunto, mas interessa-nos continuamente aprofundar o conhecimento para perceber e viver melhor. O conhecimento é, por isso um caminho que nunca está completo neste mundo, porque só quando virmos Deus face a face teremos a visão da verdade completa.

Para percebermos o que seja o amor humano precisamos de ter presente o que é o ser humano, ou mais precisamente o que significa ser pessoa humana. Ora sem um recurso ao Criador torna-se complicado perceber a pessoa em toda a sua grandeza e dignidade e, mais ainda, perceber a sociedade como comunidade de pessoas. O facto de sermos criados por Deus indica claramente uma dependência do homem em relação ao seu Criador. Quer isto dizer que não somos senhores absolutos da nossa vida e dos nossos actos mas temos uma referência anterior e superior que nos torna capazes de agir, que nos confere liberdade e que também nos dá critérios para decidir bem. E

nisto estamos de acordo com todos os homens e mulheres que acreditam que existe Deus, ou seja, com a quase totalidade das pessoas. Mas o ser humano não é uma qualquer criatura. A Bíblia diz-nos que fomos criados à imagem e semelhança de Deus e deste modo mostra a nossa excelência. É verdade que temos um corpo limitado que se gasta e que indica que somos criaturas a viver dentro do tempo e do espaço, mas se somos semelhantes a Deus, apesar do nosso corpo, somos capazes de ter uma relação com o Criador, e por isso não somos só corpo e estamos acima das outras criaturas corporais porque, de certa maneira, estamos em contacto com o eterno que está para além do tempo em que vivemos. As coisas humanas, por isso, não tomam o seu ponto de referência no animal mas em Deus. Se dizer que o homem é um animal racional poderia fazer sentido numa filosofia aristotélica e depois na filosofia cristã, porque se partia do pressuposto que cada criatura era criada por Deus e a razão era indicativa de uma dimensão para além do puramente material, quando um certo tipo de evolucionismo ateu diz que a pessoa é um animal racional vê isso na simples perspectiva materialista, ou seja, vê tudo como evolução material das células e não reconhece uma alma espiritual. Nesse caso precisamos de voltar a pensar a partir da verdade religiosa, antes de mais porque cada um de nós se reconhece como algo muito maior do que uma soma articulada de moléculas. Temos uma alma que nos torna capazes, não só de pensar e de escolher, mas que, acima de tudo nos capacita para uma relação com o Criador. Não precisamos de negar a evolução das espécies para dizer que mais do que um animal racional somos imagem de Deus. O nosso referencial transcende-nos, puxa-nos para cima. A evolução dos organismos vivos é perfeitamente compatível com a fé num Deus Criador e com a afirmação de que cada pessoa é criada à imagem de Deus e não à imagem de um animal inferior. A história da evolução das espécies pode perfeitamente ser explicada ao mesmo tempo que se afirma que Deus dá a consistência a toda a realidade e que cada pessoa é única e irrepitível, criada por um Deus que a quer explici-

tamente. Aliás é a ausência de um Deus Criador que seja Logos, ou seja, razão e verdade, que torna complicado perceber como é que do nada surgiu o ser e como é que do caos surgiu o cosmos!

Além disso, por vontade de Deus Criador, quando a Bíblia diz que somos imagem de Deus, está a dizer que somos capazes de actuar sobre a natureza em ordem a um desenvolvimento e por isso somos protagonistas da história e não meros espectadores. Aliás esta nossa capacidade é uma responsabilidade que temos inscrita no nosso coração como uma exigência e que na Bíblia aparece referida quando no relato da Criação se ouve Deus dizer ao homem: «Crescei, multiplicai-vos, enchei e submetei a terra. Dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todos os animais que se movem na terra.» (Gn 1, 28) O Papa Bento XVI na sua encíclica *Caritas in Veritate* recorda que “o desenvolvimento humano integral é primariamente vocação”(CiV 11). Associada à inteligência que nos faz conhecer a realidade, descobrimos uma responsabilidade e uma liberdade, também elas testemunhas de que somos imagem de Deus que nos criou livres e inteligentes precisamente para podermos amar.

Tendo presente estas premissas sobre o que é a pessoa humana podemos agora entrar na descoberta do que seja o amor humano. Ora nós começamos por experimentar o amor não quando sentimos amor por outro, mas quando percebemos que ainda antes de nos darmos conta de nós, já somos conhecidos e amados pelos nossos pais e ainda antes pelo Criador. Somos amados antes ainda de amarmos. “Nisto consiste o amor: não fomos nós que amámos a Deus, mas foi Ele quem nos amou e enviou-nos o seu Filho” (I Jo 4,10). Pensar que Deus nos quer salvar mostra bem o quanto ele nos ama, para além dos nossos méritos, e isso é prova do amor. Mas já antes podemos descobrir que somos amados, quando percebemos que Deus nos deu a inteligência, não só para perceber como funciona a natureza, mas

também e fundamentalmente para descobrir o sentido de tudo, e consequentemente para O encontrar a Ele mesmo e descobrir o amor original com que tudo foi criado.

Deus, porém, como Jesus ensinou, não é apenas um ser transcendente inteligente e livre que nos ama. O Apóstolo S. João diz de uma forma muito simples mas impressionantemente completa que Deus é amor. Deus não só nos ama e por isso nos criou e nos salva, mas Ele é em si mesmo amor, por isso, criados à imagem e semelhança de Deus, temos como vocação original amar e mais ainda vivermos o amor. Dizer que Deus é amor significa que em Si mesmo Ele é uma comunhão de Pessoas. Esta é a grande novidade do cristianismo. Qualquer redução da fé cristã a uma simples religião humanista ou a uma ética de justiça, que julga ser suficiente falar de Deus como um ser superior e transcendente, onnipotente e omnisciente, que Criou a realidade e que deu uma série de regras nos mandamentos, esquece a identidade própria do cristianismo, ou seja, a fé em Deus que é Santíssima Trindade e não percebe que nós podemos ter uma relação de amor e de comunhão com Ele. Hoje está muito difusa a ideia de que este é um dogma pouco relevante e que é melhor até falar pouco dele para podermos dialogar com todos os que acreditam que há único Deus Criador. Mas os cristãos não podem deixar de lado a essência do ensinamento de Jesus, que mostrou que, se é verdade que há um só Deus, é também verdade que este único Deus não é uma mónada, mas uma comunhão de Pessoas. Esta verdade divina é também iluminante para a antropologia. Se somos imagem de Deus, é na comunhão e não na solidão do indivíduo que esta imagem está completa. João Paulo II dizia isso mesmo nas suas catequeses sobre a Teologia do Corpo: “A função da imagem é espelhar o modelo, reproduzir o seu protótipo. O homem torna-se imagem de Deus, não tanto no momento da solidão, quanto no momento da comunhão. Desde o «princípio» ele é, não apenas uma imagem na qual a solidão de uma pessoa que governa o mundo é reflectida, mas também - e

essencialmente - a imagem de uma imperscrutável comunhão divina de Pessoas” (João Paulo II, *Audiência Geral*, 14/11/1979)

Mas o que é afinal esta comunhão divina e como podem os seres humanos vivê-la? Entramos aqui num dos aspectos centrais da doutrina do amor cristão. Sim, a comunhão é a finalidade, o ideal, o bem procurado por todos os homens porque criados à imagem de Deus. Isso quer dizer que é quando estão unidos pelo amor que os homens se realizam plenamente na sua humanidade. O ideal humano de felicidade não é o super-homem de Nietzsche que não precisa de ninguém e que não ama ninguém, mas o homem em comunhão com outros. Podemos então concluir que uma característica determinante do amor é a comunhão. Esta é, na realidade, a finalidade do amor e, ao mesmo tempo, a experiência do amor. A comunhão não é apenas uma expressão do amor, ela é o amor na sua plenitude. O amor, dizia Dionísio Areopagita é uma força unitiva e concretiva. Ele une o amado e o amante e torna cada um mais ele mesmo por causa dessa unidade. Amor e unidade devem estar sempre juntos. Uma primeira dimensão de unidade está no início do amor e, por isso, podemos dizer que o amor nasce de uma certa união afectiva que se descobre como um dado presente, pode ser um certo sentimento ou uma ligação inter-pessoal como o facto de se ser da mesma família, e que é anterior a uma escolha nossa. São Tomás definia amor como uma complacência entre o amante e a realidade amada, ou seja a descoberta de uma correspondência entre o bem e o amante precisamente para indicar que há uma certa unidade a que ele já chama amor, embora ainda não seja um acto da vontade, e que indica uma certa correspondência entre amado e amante. Mas, num segundo momento, o amor é algo que mete em movimento todas as faculdades da pessoa em vista de uma união já não apenas afectiva mas real, onde cada um está unido ao outro porque quer. Para que do amor nasça uma comunhão de vida, ou, como dizia São Tomás, uma União Real,

o sentimento de simpatia ou o desejo de estar com o outro, devem desenvolver-se numa construção comum que visa o bem comum e o bem de cada um. Este é amor que gera a comunhão não é por isso apenas um sentimento, é também e sobretudo um conhecimento e é uma decisão. Tudo isto nós percebemos, por um lado porque, aprendendo com Jesus Cristo que Deus é comunhão e recordando que nós somos Sua imagem e semelhança, concluímos que a comunhão tem de ser capaz de unir as pessoas empenhando tudo aquilo que faz do ser humano um ser excepcional com inteligência e liberdade. Por outro lado percebemos existencialmente esta verdade porque através da fé estamos em comunhão de amor com o próprio Deus e, dentro desta comunhão, participamos no amor de Deus pelos homens. A comunhão de Deus é exemplo, mas também, o espaço do amor humano vivido plenamente.

Para percebermos ainda melhor como é que este amor se torna vida e actua na vida de uma pessoa, olhemos ainda para a Revelação do Deus, ou seja, olhemos para Jesus. Ele mostrou que era um com o Pai, mas também explicou como se deve amar. Jesus ao aproximar-se a derradeira hora da Sua Páscoa, disse aos seus discípulos mais chegados, em primeiro lugar que Ele e o Pai estão em perfeita comunhão, ou, mais precisamente: “Eu estou no Pai e o Pai está em mim” (Jo 14, 11), em segundo lugar explicou como é que Ele ama: “ninguém tem maior amor do que aquele que dá a vida pelo amigo” (Jo 15,13). Jesus revela, deste modo, que o ideal do amor, que é vivido em Deus e que os homens são chamados a imitar, não é ter o que se quer, mas dar ao outro, e não é só dar ao outro coisas, ou prestar serviços, mas dar-se a si mesmo. O Concílio Vaticano II vai proclamar esta verdade de um modo lapidar quando na Constituição *Gadium et Spes* diz que o homem é «a única criatura sobre a terra a ser querida por Deus por si mesma» e não pode «encontrar-se plenamente a não ser no dom sincero de si mesmo» (cf. GS 24). É isto

que se pode reter das palavras de Jesus que nos manda seguir o seu exemplo: “amai-vos como eu vos amei” (Jo 15, 12). Esta é a medida do amor humano... e é uma medida divina!

Quer no mundo hebraico, onde se podia já perceber que era importante amar a Deus acima de tudo e amar o próximo como a si mesmo, quer entre os pagãos, como podemos ver em Aristóteles que considerava que o ideal do amor era aquele que uma pessoa virtuosa tem por si mesma, porque, dizia ele, é desse modo que o homem também fará bem aos outros, em todos esses casos a medida era sempre uma medida limitada e humana. Com Jesus percebe-se algo de maior, a medida do amor a Deus agora, como dizia S. Bernardo, é não ter medida (cf. S. Bernardo, *de Diligendo Deo*, prólogo). Mas o amor ao próximo também se torna uma exigência semelhante, aliás é isso que está pressuposto no “amai-vos como Eu vos amei”. Como é que Jesus nos amou? Por um lado, o que vemos é que Ele deu a Sua vida e esse é um aspecto do seu amor, mas não menos importante é a finalidade desse dom, “para que sejam um como Nós, Eu e o Pai, somos Um” (Jo 17) e “para que tenhais a vida em abundância” (Jo 10,10). Não só a medida, mas a finalidade devem estar presentes no amor, porque estes dois aspectos do amor pressupõem que o que ama conhece o bem que o amado é em si mesmo, faz o bem para o amado e ambos estão unidos em comunhão. Ainda que possam ter gradações diferentes, como tentaremos ver mais à frente, um amor com estatura humana implica sempre além do conhecimento e da liberdade, que fazem parte dos actos humanos, o dom de si e a comunhão como finalidade.

O Papa Bento XVI, na sequência da tradição da Igreja, e para dar um exemplo claro do que é o amor pensado e vivido cristãmente, recorda que entre os vários amores humanos, e ainda que todos devam seguir o modelo divino, há um que é especial e que se apresenta como o máximo do amor humano. “Em toda esta gama de significa-

dos, porém, o amor entre o homem e a mulher, no qual concorrem indivisivelmente corpo e alma e se abre ao ser humano uma promessa de felicidade que parece irresistível, sobressai como arquétipo de amor por excelência, de tal modo que, comparados com ele, à primeira vista todos os demais tipos de amor se ofuscam.” (Bento XVI DCe 2). É fácil de perceber a partir do que já foi dito, que se o amor é fundamental para a construção de uma sociedade verdadeiramente humana onde cada pessoa se realiza em toda a sua dignidade, a família baseada no matrimônio entre um homem e uma mulher deve ser realmente a célula da sociedade, pois é nela que o amor se experimenta em primeiro lugar com toda a sua densidade humana e penetra na cultura e na mentalidade das pessoas e da sociedade. Sem amor não há família, mas sem família também dificilmente há amor e sem família e sem amor não pode haver sociedade porque desaparece a pessoa entendida como imagem e semelhança de um Deus que é comunhão de Pessoas e dom de Si mesmo. A sociedade em vez de ser uma comunidade passa a ser uma massa de gente.

Infelizmente isto nem sempre é evidente. Sobretudo na nossa cultura pós-moderna. O interessante, julgo eu, é que apesar de os nossos tempos serem muito originais, porque nunca se tentou pensar a vida completamente desligada do Criador e da Tradição, podemos avaliar a nossa cultura com critérios que são já muito antigos, porque, no fundo, o coração humano é sempre o mesmo e aquilo que preenche a vida de uma pessoa hoje não é diferente do que interessava aos antigos, e o que é erro hoje já o era antes. Podemos dizer que hoje não inventamos novos problemas sobre o amor, apenas teremos generalizado alguns ou evitado outros. Vamos, por isso, tentar retomar algumas questões relacionadas com a ideia de amor e de amizade que pertencem à história do pensamento ocidental e que, depois de termos evidenciado a essência do amor cristão a partir de algumas noções teológicas, podem agora ser confrontadas com a experiência humana.

A Amizade humana

Para se perceber o que é o amor, Aristóteles começa por dizer que ele é a relação de uma pessoa com algo que ela percebe como um bem. “Reconhece-se que em sentido absoluto é o bem que é digno de ser amado, mas em sentido relativo para cada homem é amável aquilo que é bem para ele. Melhor, cada um ama não o que é bem para ele mas o que parece ser bem para ele.” (Aristóteles, *Ética a Nicómaco*, VIII, 2). O amor pressupõe, portanto, e julgo que isso é evidente, uma relação cognitiva com uma realidade que se reconhece que existe e que se considera boa. Não pode haver amor sem conhecimento, mas o conhecimento não é apenas o registo de que algo existe, é também um juízo que leva a dizer que aquilo ou aquele é amável porque eu reconheço que é um bem. Não faz, portanto, sentido pensar que o amor é algo desligado da razão e do conhecimento, ou algo de irracional. Pelo contrário, como dirá mais tarde Santo Agostinho, quanto mais se conhece algo que é bom mais ele é amado e quanto mais se ama melhor se conhece (cf. Duarte da Cunha, *A Amizade segundo S. Tomás de Aquino*, pp. 69-70.94-100).

Mas, como também já os antigos diziam, aquilo que pode ser amado: o bem, pode ter diversas acepções. Uma coisa pode ser considerada bem por ser útil, ou seja, porque ajuda a alcançar algo que eu desejo, ou por me dar algum prazer, ou, então, por ser algo que é em si mesmo um bem e não necessariamente um instrumento para outro fim. O bem é sempre algo que tem uma relação com a verdade e com a beleza e, por isso, é algo onde a razão reconhece uma luz que atrai a vontade e mobiliza a pessoa inteira. Ninguém nega que o bem é atraente e o mal cria repulsa, tal como ninguém nega que a mentira não é um bem e a verdade sim. Hoje o que temos, na nossa sociedade, que muitos dizem e em grande parte com razão, por ser utilitarista ou consumista e hedonista, é que o objecto do amor, aquilo que eu chamo bem e que, portanto, eu acho que é capaz de

me atrair está reduzido ao que é útil ou que dá prazer. Desde a modernidade, mas sobretudo actualmente com a pós-modernidade, há a tendência para se dizer que nós não podemos conhecer nada em si mesmo mas tudo é apenas relativo ao momento, ao estado de espírito, à pessoa que conhece. Daqui deriva que também nada é bem em si, mas apenas bem para mim ou para ti. É certo que há sempre uma certa dimensão pessoal na avaliação de uma realidade para a considerar bem, mas não quer dizer que a coisa só é boa se for boa para mim, e que portanto não há uma luz, ou um esplendor que irradia da verdade das coisas que são em si mesmas boas. Se é impossível conhecer a verdade, como muitos dizem, também é impossível dizer que algo é bom em si. Ora como o útil e o que dá prazer, ou seja, aquelas realidades que são bem para mim, são sempre meios que se pretendem para um outro fim: a minha felicidade, o meu êxito, o conseguir de algo que desejo muito quer seja para mim quer seja para outro, etc. o amor desses bens é um movimento que atrai os bens e, por isso, confunde-se facilmente amor com desejo e é sempre algo que tem como finalidade o meu eu e não o outro. É verdade que aquilo que eu desejo é sempre algo que eu, de algum modo, amo, mas há um amor em que o que eu desejo não é para mim mas para o outro. Esse é o amor daquilo que eu reconheço como bem em si e por isso não é instrumental mas um fim. Esse é o amor que já Aristóteles dizia ser o amor verdadeiro. É preciso distinguir entre um amor que é simplesmente um desejo de algo e o amor que vimos ser o verdadeiro amor revelado em Jesus Cristo que é o dom de si aos outros. Há uma certa relação, mas não pode haver confusão.

São Tomás de Aquino ajuda a perceber ainda melhor o que pode estar aqui de problemático. Ele dizia que há um amor de desejo, pelo qual eu me sinto atraído por uma coisa que vejo que me será útil ou que me dará satisfação, e um amor a que ele chamava de benevolência, em que eu quero não o amado como um bem para mim, mas o bem do amado. S. Tomás não dizia que um amor é bom e outro mau, apenas que com o primeiro amor amamos as coisas, com o

segundo as pessoas. O problema só existe se eu amar uma pessoa apenas por me ser útil ou por me dar prazer, ou se eu amar uma coisa como se ela fosse o sentido da minha vida a quem eu me dou totalmente, e nesse caso temos a idolatria. Não quer dizer que no amor que se tem por uma pessoa, ou seja no amor de benevolência, não se possa também sentir prazer e tirar algum benefício - aliás seria estranho amarmos alguém que não gostamos de ver ou com quem não sentimos gosto de estar -, mas o que se passa é que nesse amor de benevolência, aquilo que me é útil ou me dá prazer que possa estar presente é algo de secundário, algo que vem como acrescento e que não é a finalidade. Paradoxalmente, como todos reconhecemos na nossa experiência, na relação madura com uma pessoa que não é instrumentalizada temos muito mais prazer, simplesmente porque o prazer não fica reduzido ao sentimento físico mas abraça também a dimensão espiritual da pessoa. Também Kant dizia que a pessoa nunca deve ser um meio mas sempre um fim. É isso que o amor ensina, e percebemos já como a verdade humana do amor corresponde ao que a revelação do amor nos ensina.

No mundo grego anterior a Aristóteles, o amor era muitas vezes considerado um desejo. Platão falava sobretudo do *eros*. Já no mundo cristão, como podemos ver no novo Testamento, o amor aparece definido como *agapé*, ou seja, como dom gratuito de si. Uma distinção simplista, que esteve muito na moda há uns anos atrás nos meios teológicos, dizia que o *eros* é um amor de baixo valor, o *agapé* o amor mais excelente e entre os dois haveria o amor *philia*, ou seja, a amizade. Ora, se é certo que o *eros*, ou amor de desejo, não descreve toda a dinâmica do amor, como vimos, mesmo numa relação de benevolência ele não deve desaparecer completamente, deve, isso sim, tornar-se maduro e colocar-se ao serviço do *agapé*, mas não tem de ser renegado. E se é verdade que o amor *agapé*, ou seja, o dar-se ao outro é o amor mais excelente ele não pode nunca existir sozinho nem pode sobreviver se não tiver associado a si a satisfação, ou seja,

se o amante no acto do amor não reconhecer a sua própria realização como pessoa. Um amor completo, como vimos a propósito da Santíssima Trindade é um amor que gera comunhão, e, por isso, é uma reciprocidade de amor e não um amor unidirecional. Uma comunhão é sempre uma amizade, um amor recíproco, onde desejo e benevolência se juntam à reciprocidade para criar uma unidade onde cada um é mais ele mesmo e onde ambos se sentem contentes e ajudados.

Podemos dar ainda mais um passo, recordando que, por um lado, o verdadeiro amor é sempre algo que me leva a sair de mim, a dar-me ao outro, a gastar-me pelo outro - o outro é o destino - e que, por outro lado, o amor completo não é algo que despreza o eu mas algo que o faz ser mais ele mesmo. Paradoxalmente o dar-me não é um esvaziar-me mas um preencher-me. O amor entre o Pai e o Filho no seio da Santíssima Trindade é pleno, e é de tal modo pleno que é ele mesmo uma Pessoa, o Espírito Santo. Mas este amor, que é dom total do Pai ao Filho e do Filho ao Pai, é também acolhimento do dom do Filho pelo Pai e do Pai pelo Filho. O verdadeiro amor que é vivido em Deus e que os homens são chamados a experimentar nunca é um movimento rectilíneo numa única direcção. O amor é um círculo, é algo que se recebe e se dá e que gera a comunhão. É algo que me faz sair de mim e entrar em mim mais profundamente, é algo que me leva mais longe e que me faz mesmo transcender-me a mim mesmo, mas também me faz entrar em mim e me satisfaz os mais profundos desejos.

O dom de uma pessoa a outra é acolhido porque o amado também ama e dá ao amante espaço para o seu amor. Ou seja, nunca há um amor que não queira ser amado. A ideia de um altruísmo radical e totalmente desinteressado ou de um amor que alguns chamaram puro, onde o amante não sente nada e diz que não quer nenhuma retribuição, é uma abstracção voluntarista que não corresponde nem

ao que Deus chama amor nem ao que os homens experimentam na realidade. A defesa do altruísmo como se fosse o amor gratuito de que Jesus fala fez muito mal ao cristianismo. Basta pensar que Deus, que é amor e que nos amou em primeiro lugar, nos dá como primeiro mandamento que O amemos, para perceber que o máximo do amor, o amor divino, busca a comunhão e não despreza a resposta do amado. Não porque Deus precise de alguma coisa nossa, mas porque se nós não O amamos não acolhemos o amor que Ele tem por nós, não O acolhemos a Ele mesmo. A comunhão, ou amizade, por isso, é o ideal de amor e não apenas um amor ainda não perfeito. Na amizade ambos os amigos se dão, se acolhem e tem gosto no estar juntos e ajudam-se reciprocamente. Se o *agapé* é dom de si ao outro, ele não vive sozinho mas, unido ao *eros* e, apoiado pelo *eros*, procura na *philia* a sua plenitude. O importante, como dizia o Papa Bento XVI na sua primeira encíclica, é que a pessoa e o amor possam amadurecer e não serem infantis. A redução do amor a simples sentimento que não implica nenhuma decisão, que não desafia a liberdade e que não pressupõe sacrifícios, e por isso que se reduz ao desejo que se sente diante de alguém que se considera como bem para nós mesmos, tende a ser uma espécie de egoísmo em que o outro na realidade não é amado por aquilo que é, mas por dar algo que o amante gosta. O amor verdadeiro requer responsabilidade e maturidade e por isso não pode ser instintivo ou infantil como acontece com a redução do amor à seta do cupido. Toda esta relação entre amor e desejo não pode ser entendida como uma coisa fácil, mas como um caminho educativo que com a ajuda de mestres e da graça de Deus leva a um amadurecimento do amor e, conseqüentemente a uma eficácia social do amor. O amor humano torna-se amor social exactamente porque é um amor que gera amizade e comunhão.

Os efeitos do amor

Depois de termos olhado para a essência do amor, podemos agora falar dos efeitos do amor. Quando alguém quer o bem do outro

com um amor de benevolência, não limita o amor a um acto da vontade mas é levado a fazer o bem para o outro e a sair de si para ir ao encontro do bem do amado. É por isso que S. João dizia na sua primeira carta: “Meus filhinhos, não amemos com palavras nem com a boca, mas com obras e com verdade.” (1Jo 3, 18). Se é verdade que o amor não pode ser um agir frio sem sentimento, é ainda mais verdade que o amor tem de se manifestar em actos e obras para ser ele mesmo. Podemos dizer que a benevolência gera a beneficência: o querer o bem do outro leva a fazer o bem para que aquele que é amado possa ser mais ele mesmo e possa crescer na felicidade. Como o bem que o outro é em si mesmo é antes de mais a sua própria existência, amar é em primeiro lugar querer que o outro exista e fazer tudo para que ele se mantenha vivo. Em segundo lugar podemos dizer que o outro é um bem único, já que cada pessoa é irrepetível, e, por isso, amar uma pessoa implica fazer todo o possível para que ela seja ela mesma, descubra o seu lugar único na sociedade, e seja respeitada, e, mais precisamente, alcance o seu fim neste mundo. No amor ninguém é um número anónimo. A sociedade comunista, que pretendia que todos fossemos iguais não só em direitos mas em tudo, tinha na sua raiz esta incapacidade de perceber que o amor leva a reconhecer o bem que cada pessoa é e perceber cada um como uma riqueza única. Também aqui precisamos de ter um olhar aberto à fé para que aquilo que consideramos o bem do outro não seja a minha ideia de bem, apesar de toda a boa intenção que possa haver, mas o que Deus tem em mente para essa pessoa. A ideia de que amar é levar a pessoa a ser o que eu acho que ela deve ser, é menos amor do que respeitar e ajudar cada um a ser o que é pela acção criadora de Deus. É assim que nunca podemos esquecer que não há pessoas de primeira e de segunda, nem sequer se pode dizer que alguém por ser deficiente, por exemplo, é menos pessoa ou que o amor por ela é menos intenso. Em terceiro lugar, o bem que uma pessoa é, é algo que experimentamos dentro da história e, por isso, deve ser entendido como um percurso onde cada um é chamado a desenvolver-se

até à plenitude. Amar alguém é também ajudar a pessoa a chegar ao seu fim, à sua plenitude. Ora se a plenitude de uma pessoa é chegar à comunhão com Deus no Céu, amar uma pessoa leva a querer que ela se una Deus mas, mais ainda, implica que se faça tudo para que ela conheça Deus e se deixe atrair por Deus. A evangelização é fruto do amor pela pessoa e não uma tarefa que temos de realizar para que a Igreja tenha muita gente.

Estes três aspectos estão sempre presentes numa amizade, mas nem todas as amizades são iguais. Se o que une as pessoas é o querer reciprocamente o bem uma da outra, e se este bem está relacionado com aquilo que une as pessoas, então na vida há diversos graus de amizade ou tipos de relação porque há diversos bens que unem as pessoas. É preciso perceber o que temos de comum para distinguir vários tipos de relação e perceber o bem que queremos para o outro. Se duas pessoas trabalham juntas o bem que querem e precisam é a obra que são chamados a realizar e o facto de estarem dentro da mesma obra une-as numa amizade específica de quem *co*-labora. Se duas pessoas estudam juntas são *co*-legas e o que as une, ou seja o bem que querem alcançar e dar ao outro, é o que estão a aprender. No mesmo sentido se pode dizer que um professor é amigo do seu aluno quando quer que ele aprenda e não é amigo se se limita a debitar matéria sem interesse pelo bem do aluno! E dois colegas são amigos se conseguem ajudar-se um ao outro e não são amigos se o outro é apenas o concorrente que eu tenho de vencer para ter melhor nota. Se duas pessoas vivem na mesma cidade ou no mesmo país são *co*-cidadãos. Todos querem o bem da cidade e para tal devem promover políticas justas e capazes de gerar desenvolvimento e uma convivência pacífica exactamente porque querem o bem comum que as une e que será o bem de cada um também. Quando a política está orientada para o bem comum cada pessoa é respeitada e valorizada, quando, pelo contrário, se perde de vista o bem comum, ou porque não se acredita que exista ou que é apenas um mínimo denominador

comum entre os bens individuais, ou, ainda, porque egoisticamente se quer apenas o próprio bem, temos como resultado uma sociedade onde a pessoa é mais um indivíduo que procura safar-se do que um conjunto de relações no qual cada pessoa é chamada a participar para construir uma obra comum. Todos sabemos distinguir a política de interesses privados da política que olha para o bem comum. E isso faz-nos muita falta hoje em dia onde, graças a Deus, ainda há quem tente, mas estes são claramente poucos para a necessidade e muitas vezes pessoas isoladas que se esforçam para seguir o bem mas sem grande apoio.

Também numa relação entre doente e médico pode existir um bem comum: a saúde do doente. E por isso, não é só o doente mas também o médico que querem a cura do doente. Estão juntos para alcançar esse bem e sentem-se contentes ambos por o doente ficar bom. Não creio que um médico seja indiferente ao doente e não penso que o facto de um médico ser movido por este amor fique ofuscado na sua missão. Não esqueçamos que cuidar da saúde do doente não é o mesmo que arranjar uma máquina, por isso a existência de uma relação de amor, que pode inclusive ser intensificada por uma relação mais profunda, como no caso de existirem laços familiares ou de antigas amizades, ajudará a ter presente como objectivo não só o êxito do tratamento mas a felicidade do doente, o que implica que ambos querem que o outro exista, que seja feliz e que Se encontre com Deus.

A propósito dos efeitos da amizade, voltemos a recordar o que o Papa Bento XVI dizia a propósito da família. A comunhão mais profunda de vida, aquela em que o bem que une é toda a vida é aquela que existe dentro da família. Os esposos juntam-se não apenas para partilhar a mesa ou o leito, não apenas para conseguirem juntos a educação dos filhos ou o sustento da família, mas para viverem uma comunhão de vida em tudo. Na Bíblia isso é dito quando se diz:

“os dois serão uma só carne” (Gn 2, 21-25 ; Mc 10, 8), o que quer dizer que estarão unidos numa só vida. Os filhos que nascem desta unidade são frutos ou, mais ainda, são a encarnação desse amor. Na realidade, o Criador imprimiu na natureza humana não apenas a possibilidade de gerarem filhos mas de *pro*-criar, ou seja, de participar na obra da criação de modo consciente. Na natureza humana, ao contrário das outras criaturas, a descendência não é o simples resultado do instinto de preservação da espécie mas uma participação no acto do Criador, ou seja, o acto pelo qual duas pessoas dão origem a uma nova pessoa é um acto consciente de amor que decorre do amor de Deus que quer que aquela pessoa que vai ser concebida exista. Por isso, se tudo fosse como o Criador quer, não só poderíamos dizer que cada um de nós é amado por Deus desde toda a eternidade e que é por causa desse amor que existimos, mas poderíamos dizer que os nossos pais colaboraram com Deus através do amor que existe entre eles e que se expressa na união conjugal. Podemos, portanto concluir que a família, na relação entre esposos e entre pais e filhos, mas também entre irmãos e outros parentes, é sempre chamada a ser um lugar de amor. É certo que cada amor que existe entre os vários membros, mesmo dentro da família, respeita a identidade das relações: esponsais, paternais, filiais, fraternas, mas é sempre um amor que quer o bem do outro e que leva a agir pelo outro, e onde o bem que se procura para o outro é reconhecido como um bem de todos. Em concreto, podemos dizer que um bem fundamental na família é a unidade da família. Se em todas as amizades podemos dizer que o número por excelência do amor é o três: eu, tu e nós, isso é especialmente evidente naquela experiência de amor, ícone máximo do amor humano, que é a família e podemos mesmo ver como é desse modo que a experiência humana de amor alcança a sua capacidade máxima de ser reflexo do amor divino, ou seja, da Santíssima Trindade. Percebemos, também aqui que uma sociedade aberta a Deus e que valoriza a verdadeira família é uma sociedade marcada não apenas por uma qualquer engenharia social ou estratégia económica mas

por uma trama de relações de amizade onde cada um é valorizado por ser quem é e sente que tem um lugar próprio onde é reconhecido como um bem amado. Esta é uma sociedade saudável.

Gostaria por fim de referir algumas manifestações deste amor comunhão/amizade que se radicam no recíproco querer o bem do outro e que se experimentam no fazer o bem pelo outro. Como a amizade é uma comunhão e esta não é uma ideia mas algo que penetra a vida toda, ela manifesta-se no concreto da vida. Entre amigos há concórdia, ou seja, como dizia Cícero, *idem volle idem nolle*, o mesmo querer e o mesmo não querer, o que quer dizer que há uma comunhão de vontades. Não é preciso que tenham os mesmos gostos ou as mesmas opiniões sobre tudo, mas que estejam de acordo sobre o bem que os une. Numa amizade, também há *co-lóquio*, porque os amigos falam-se, discorrem juntos sobre a vida e a realidade, e *con-versam*, ou seja, procuram juntos versar sobre a vida e ver juntos a realidade que têm diante. Não se pode pensar que um amor verdadeiro possa existir se não houver diálogo entre os amigos. Os amigos também *co-laboram*. Laboram, ou seja, trabalham não apenas um ao lado do outro para uma obra de outro, cada um com a sua responsabilidade, mas trabalham juntos como co-responsáveis. E mesmo quando a tarefa que estão a fazer está terminada, as pessoas continuam a ser amigas, porque se é a amizade que gera a obra também é verdade que realizar juntos uma obra dá mais consistência à amizade. A amizade precede e permanece depois da obra e é fortalecida pelo trabalho em conjunto. Os amigos também acreditam um no outro, têm *con-fiança*, porque ambos sabem que querem o bem um do outro. Eu confio no meu amigo porque sei que ele quer o meu bem e sei que ele pode confiar que eu quero o bem dele. Posso conseguir ou não realizá-lo, mas a confiança recai na intenção como certeza de que o outro é bem intencionado, até porque esta confiança está sempre associada a uma grande transparência na relação onde a pessoa não teme falar dos seus limites e reconhecer-se incapaz de

realizar algumas coisas mesmo quando as quer muito. Entre amigos não deve haver vergonha. Os amigos também estão *com-prometidos*, ou seja, a felicidade do outro é também uma promessa que cada um tentará, por quanto lhe esteja ao alcance, realizar. É por isso que o amor não é uma coisa apenas temporal mas, de algum modo já toca o eterno. Não se é amigo a prazo, porque a amizade implica um compromisso que liga duas pessoas permanentemente e em vista do fim. Numa amizade verdadeira o fim está presente e o tempo não é um limite mas uma ocasião dada para se poder viver o amor e fazer o bem ao outro. É muito interessante que quando um amigo morre ninguém sente que a amizade acabou, mas procura uma maneira de manter viva a amizade, seja com a memória, seja com a esperança na vida eterna.

Claro que a amizade não só pressupõe que cada pessoa tem uma história em direcção à plenitude em Deus, mas ela mesma é também uma realidade temporal, e nesse sentido a amizade pode desenvolver-se e a relação entre amigos tornar-se mais íntima e mais intensa, tal como, se não for cuidada, pode deteriorar-se ou ficar esquecida. É o facto de se experimentar o convívio, o colóquio, a colaboração e tudo o mais que une duas pessoas amigas; que faz com que elas se conheçam melhor e que o que cada uma é possa tornar-se mais atractivo a ponto de duas pessoas amigas, que convivem regularmente, se tornarem ainda mais fortemente amigas. Vemos que Jesus Cristo usou este método com os Apóstolos: não foi apenas um mestre que ensinava coisas importantes ou alguém que lhes resolvia problemas mas um amigo que convivia com eles. Foi assim que à medida que passavam mais tempo com Ele que mais se sentiam unidos a Ele, melhor o compreendiam e melhor percebiam aquilo que Ele queria. É por causa desta intensidade crescente de amizade que muitos consideram verdadeira amizade só quando há um certo nível de intimidade; e também é por isso que se costuma dizer que grandes amigos nunca podemos ter muitos. Mas na realidade o que se passa é que a mesma

relação de amor recíproco pode ser experimentada com intensidades diferentes. E, claro, a falta de convívio, a distância física, a ausência de diálogo faz com que as pessoas se sintam cada vez mais estranhas e diminua a intensidade. Tal como é verdade que quando as pessoas têm interesses comuns ou partilham uma concepção de vida ou, mais ainda, quando têm a mesma fé percebem melhor uma unidade de base onde é possível construir amizades fortes. Nunca deve desaparecer da nossa vista aquele juízo fundamental que mostra que o outro é um bem em si e que o amor é querer que ele seja feliz e que realize a sua vocação neste mundo. Muitas vezes duas pessoas estão juntas por causa de alguma coisa que as une durante um tempo e isso faz nascer a amizade, mas depois as circunstâncias da vida levam-nas para sítios diferentes. O que mais impressiona é que, se elas fizeram um percurso de amizade, elas reconhecem que o que as une já não é só aquilo que as juntou no início, mas algo maior, uma consciência do valor do outro como pessoa com quem se partilha a vida. Quando assim é, a distância obviamente fará com que no tempo a amizade deixe de estar activa, mas permanece como que em hibernação e mal acontece algo que as volta a juntar vê-se que tudo continuava bem vivo. A meu ver isto é uma prova de que a amizade não está assente no simples sentimento mas numa relação mais profunda que envolve a pessoa toda e sobretudo a sua inteligência e a sua vontade podendo sobreviver mesmo sem contacto físico.

Finalmente e apesar do que acabámos de dizer, porque a pessoa é uma unidade de corpo e alma, é preciso dizer que os amigos também gostam de estar juntos, sentem prazer no convívio, apreciam conversar com o outro, sentem alegria quando estão presentes e desejam estar juntos quando estão longe. A amizade é sempre algo exigente mas é sobretudo um bem que desejamos cultivar e que nos faz experimentar uma grande alegria.

Alguém poderá dizer que esta apresentação dos efeitos da amizade é demasiado ingénua porque parece esquecer a infidelidade e tudo aquilo que leva ao escândalo que acaba com as amizades. A fidelidade à amizade, afinal de contas, é uma exigência interna da amizade e não uma obrigação imposta ou um acrescento à espontaneidade da amizade como alguns dizem. É por isso que ela tem que ver com o amor que se tem à pessoa tal como ela é, mesmo com as suas fragilidades e mesmo com a nossa inconstância.

Não esqueço, portanto, nestas reflexões sobre o segredo da sociedade que é o amor, o pecado que corrompe a amizade e que pode fazer com que uma pessoa se desiluda da outra. Mas isso obriga-nos a voltar à questão moral e ao que Jesus revela do homem. Na verdade, nós não só somos limitados fisicamente e intelectualmente incapazes de conhecer tudo, como também somos moralmente débeis e muitas vezes fazemos, mesmo sem querer, o que não é bom. Mas uma abordagem do mal e do limite moral, ou seja do pecado, para um cristão nunca é uma derradeira fatalidade, porque o perdão e a reconciliação, associados ao arrependimento e à misericórdia, mostram que é possível recuperar e até fortalecer uma amizade apesar das tempestades que surgem com o pecado.

Redenção do amor

Chegamos portanto, de novo, a um momento em que é preciso voltar à teologia. Primeiro para se perceber o que é que o cristianismo trouxe à noção de amizade. Em segundo lugar para se perceber de que modo é possível que pessoas marcadas pelo pecado original e com tendência a caírem em tentações vivam este amor sem ficarem caídas no egoísmo.

Para a fé cristã o paradigma do amor é plenamente revelado em Jesus Cristo, na manifestação da Sua comunhão com o Pai e o Espírito Santo e no dom da Sua vida por nós, mas Ele também re-

velou o ideal humano do amor que com Ele foi redimido e alargou o horizonte do amor mostrando que Deus quer a salvação de todos os homens. Agora todos os homens e mulheres e não apenas aqueles com quem temos uma certa simpatia devem ser amados, ou seja, Jesus realizou a universalização da amizade. Os antigos, antes de Cristo, tendiam a dizer que os amigos eram sempre poucos porque para se ser amigo era preciso ter algo em comum ou ser semelhante. Por exemplo, diziam que não se podia ser amigo do patrão ou do senhor porque entre servo e patrão não havia nada de semelhante, e também diziam que não se podia ser amigo da pessoa que vivia na outra cidade a não ser que outra coisa os unisse, como a profissão ou laços de sangue. Com Jesus podemos manter a ideia de Platão que dizia ser necessário haver algo de semelhante para haver amor entre duas pessoas. Porém, graças á nossa fé, nós sabemos que há uma semelhança fundamental entre todos nós: somos todos seres humanos, e, por isso há um bem que nos une de modo que não se pode dizer que há pessoas de primeira e pessoas de segunda. Havendo esta unidade na natureza podemos ser amigos de todos os homens, porque o que nos distingue não é nada de essencial. Todos temos a mesma dignidade como pessoas humanas. Jesus vai ao ponto quase paradoxal de dizer que devemos amar os que não nos amam, ou seja, os nossos inimigos porque, nesse caso, é a nossa amizade com Deus que nos faz amar todos os que Ele ama. Mas há uma segunda dimensão que é preciso ter presente e que vem da Redenção que Jesus operou por nós ao morrer na Cruz e ao ressuscitar. Fez-nos nascer de novo e fez-nos participar da Sua própria natureza de Deus. E tendo-nos feito filhos de Deus, somos, por isso, pelo batismo, membros da mesma família de Deus e temos um bem/fim comum, a santidade, a plena comunhão com Deus que está para cada um dos batizados como o grande bem a alcançar no fim da vida mas a começar desde já. Esta verdade não implica apenas uma relação com os cristãos, mas com todos os homens, porque a vida que Jesus veio dar é para todos: uns já a vivem na fé e na comunhão da Igreja; outros, mesmo sem o

saberem, são chamados a essa vida e, por isso, os cristãos imitam o coração de Cristo querendo o bem de todos e procurando que todos encontrem Jesus e acolham a Sua graça. O facto de ser necessário distinguir quem já recebeu a graça de quem ainda não a encontrou não indicam que uns podem contentar-se com um fim natural e outros terão um fim sobrenatural. Em todos os homens há um desejo natural de ver a Deus, porque cada um dos seres humanos, desde o momento da sua concepção tem inscrito na sua alma um apelo que só satisfaz plenamente quando encontra Jesus Cristo e entra na comunhão com Deus.

Finalmente é preciso dizer que este amor não é uma utopia, apesar de por vezes parecer que está para lá das nossas possibilidades. Nós sabemos que temos uma certa tendência ao egoísmo, sentimos que a tentação do utilitarismo e do hedonismo não são coisas que acontecem aos outros mas são desejos que batem quotidianamente à porta da nossa vontade e do nosso coração. Também é certo que muitas vezes nos damos conta de uma certa incoerência entre a nossa fé e as nossas acções e isso leva-nos, às vezes, a tentar equilibrar o nosso egoísmo e comodismo com um pouco de altruísmo voluntarista. E, apesar disso, damo-nos conta de que não nos basta equilibrar o egoísmo com o altruísmo, porque o que o nosso coração mais profundamente deseja e procura é a comunhão de vida com Deus e com os outros. Isso significa a vitória completa sobre o egoísmo e ao mesmo tempo a felicidade plena. Não se trata de um equilíbrio entre o que recebo e o que dou, mas do facto de que eu só me posso encontrar plenamente quando me dou totalmente. Infelizmente, muitas vezes sentimos que o outro não desperta em nós uma vontade de lhe fazer bem, mas apenas uma raiva ou, mais frequentemente, um tédio; ou então olhamos para ele como uma ocasião de alcançar algo para mim e diremos, neste caso, que temos um interesse mais do que um amor. Sim, os cristãos que apresentam o altíssimo ideal do amor são também frágeis como todos os outros. Apesar disso, a fé

é essencialmente realista, porque ela não faz de conta que tudo está bem, mas apresenta a força para se vencer as incoerências: a graça da comunhão com Deus. A Igreja ensina que o ser humano é criado à imagem e semelhança de Deus e chamado a viver a comunhão com Deus e com os irmãos, mas também é ela que diz que o ser humano desde as origens está ferido. É por uma questão de realismo que falamos de Pecado original. É certo que este Pecado é um dogma da Igreja e que, como tal é preciso acreditar na Revelação para se perceber o que a Bíblia diz ao falar da desobediência dos primeiros pais e que S. Paulo diz muito claramente quando, na Carta aos Romanos, explica que “por meio de um só homem o pecado entrou no mundo e, pelo pecado, a morte, e assim a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram” (R Rom ou Rm 5,12). Todavia, também é verdade que este dogma é objecto da nossa experiência quotidiana, porque todos sentimos uma ambiguidade em nós quando, por um lado, queremos e não queremos ao mesmo tempo o bem do outro. Como dizia São Paulo: “querer está ao meu alcance, mas realizar o bem, isso não. É que não é o bem que eu quero que faço, mas o mal que eu não quero, isso é que pratico” (Rom 7, 19-20). É esta tentação que tantas vezes afecta o amor e faz com que aquilo a que chamamos amor siga mais o modelo do instinto animal do que o da comunhão da Santíssima Trindade. O pecado afasta a pessoa humana de Deus e, por isso, desumaniza e faz a pessoa assemelhar-se mais aos animais do que à Trindade. Pelo pecado e pelos efeitos do pecado em nós, o outro é algo que eu quero ter ou usar e não alguém para quem eu quero o bem e com quem quero estar em comunhão pura e madura. Como dizia o Beato João Paulo II, o verdadeiro oposto do amar não é o odiar, mas é o usar o outro! Que fazer para poder viver o amor autenticamente, segundo a sua verdadeira dimensão e de maneira madura e fecunda? Pode parecer que estamos a falar de algo impossível, mas há tanta gente que vive este amor assim, e são tantos os santos - canonizados ou não - que ao longo dos últimos dois mil anos da história testemunharam um amor mais forte do que o pecado

que mostra que o ideal de Cristo é possível. O que a Igreja diz é que para viver humanamente em toda a sua grandeza, a pessoa precisa de Deus. Só em Deus, com a graça de Deus que vem iluminar a nossa inteligência para que possamos ver o outro como alguém que tem em si mesmo toda a beleza de uma criatura criada à imagem de Deus e vem habitar na nossa vontade para conseguirmos fazer o bem que queremos, é que é possível viver plenamente a nossa humanidade. Eis porque, para amar os irmãos à maneira de Jesus, precisamos de acolher o amor de Deus e amá-Lo recorrendo aos Seus dons, à Sua Palavra e sobretudo aos sacramentos que nos renovam e nos alimentam num caminho que é sempre cheio de desafios e de possibilidades e que obriga a nossa liberdade a escolher o bem e a recusar o que é só aparência de bem.

Conclusão

Termino recordando o início. Nós estamos certos de que a nossa missão, enquanto cristãos, está profundamente marcada pela nossa experiência de fé que nos une a Deus e nos leva a amar como Jesus amou. Qualquer redução da nossa missão cristã à simples justiça social ou à defesa dos direitos do homem que, insisto, são dimensões muito importantes ainda que não possam ser a finalidade última, seria uma traição aos dons recebidos de Deus. A sociedade de hoje precisa de Deus e só o amor consegue dar Deus e levar as pessoas a experimentarem a Sua humanidade plenamente. A nossa cultura consumista precisa de purificar a sua ideia de amor e precisa de cuidar das relações humanas para que estas possam tornar-se amizades. A sociedade precisa das famílias que são a imagem mais completa da comunhão que é Deus para se poder construir segundo o bem que Deus planeou para a humanidade. Porque o amor parece uma utopia para muitos e neste tempo se tornou uma coisa privada, os católicos não podem deixar de falar do amor e de proclamar bem alto a necessidade de amar. Mas não podem limitar-se a falar de amor. Ficar pelas palavras, por bonitas que sejam, parecerá aos que

não têm fé que estamos a falar de uma abstracção, de um sonho, de uma miragem ou de uma utopia, quando não de uma hipocrisia. Aliás, se ficarmos apenas com palavras o mais natural é que comecemos a pensar como os outros que o amor é algo de sentimental e irrelevante para a vida social. A Revelação de Deus não é só palavra, é também dom. A Palavra é fundamental mas ela envia o Dom para que a vida possa ser transformada. O Verbo de Deus envia o Espírito Santo e é por meio d'Ele que o Evangelho se torna vida e amor real. Quando esquecemos esta dimensão do dom, o discurso cristão tende a ser ou um pietismo irrelevante, ou a separar o amor - considerado sentimento - do apelo à justiça - considerada no mundo secularizado a única acção possível. Mas se os católicos não se limitarem a falar e experimentarem o amor nas suas próprias vidas então as suas vidas, mais ainda do que as suas palavras, conseguem mostrar o rosto de Cristo que é a revelação do amor de Deus e que é sempre atraente. E conseguem comunicar o Dom de Deus que torna a pessoa capaz de abrir o coração dos outros a Deus e ao próximo.

Para edificar a sociedade e, portanto, para sair da crise precisamos da caridade, precisamos do amor e precisamos que o amor se converta. Ora, como a expressão máxima do amor humano é a família, a grande obra da Igreja neste mundo deve ser a família e a construção de comunidades cristãs bem enraizadas na graça de Deus para viverem o amor que Jesus nos veio revelar e dar. Que cada família seja o rosto de uma comunhão viva, que cada pessoa reconheça os membros da sua família como um dom que ele é chamado a acolher e como um bem que é chamado a cultivar. Isto dá saúde à sociedade e dá esperança às pessoas. Menos do que isto pode já ser bom se tivermos a justiça respeitada, mas fica aquém do que Deus nos quer dar. Não devemos deixar de tentar o máximo porque é para isso que temos a garantia do Senhor: “Eu estarei convosco até ao fim dos tempos.” (...)

FAMÍLIA - ESPAÇO DE RESISTÊNCIA

A. Bagão Félix*

A família tem sido objecto da atenção prioritária nos documentos da Doutrina Social da Igreja (DSI): “*Lugar primeiro da humanização da pessoa e da sociedade*” (João Paulo II, *Christifideles Laici*, 1989), “*Célula primeira e vital da sociedade*” (Vaticano II, *Apostolicam Actuositatem*, 1965), “*Santuário da vida, sede da cultura da vida*” (Centesimus Annus), “*Igreja doméstica chamada a anunciar, celebrar e servir o Evangelho da vida*” (João Paulo II, *Evangelium Vitae*, 1995), “*A escola do mais rico humanismo*” (Gaudium et Spes), “*A primeira escola das virtudes sociais*” (Vaticano II, *Gravissimum educationis*, 1965) “*Uma comunidade de amor e de solidariedade*” (Santa Sé, Carta dos Direitos da Família, 1983).

De entre todas as sociedades humanas, a família é a única natural. Não foi inventada cientificamente, não resulta de qualquer legado jurídico, não foi imposta por qualquer acto administrativo, não germinou fruto de uma qualquer ideologia.

Apesar da desconsideração a que, não raro, é sujeita, a instituição familiar é a primeira e mais decisiva infra-estrutura moral e referencial na conjugação e transmissão de valores e de saberes.

Desconsideração não apenas das autoridades políticas e de outras instituições, mas também por parte de famílias que tendem

* Em “Voz da Verdade”, 2013-02-24

a demitir-se dos seus papéis vencidos pela pressa, pela angústia, pela indiferença, pela acomodação, pela resignação. Quantos “*filhos órfãos de pais vivos*” (João Paulo II), quantos filhos de pais a tempo cada mais parcial, quantos avós de netos distantes não sofrem a ausência da família? Quantas refeições se transformam em salas de espectáculo televisivo ou mesmo em almoços ou jantares de negócios ou de relatórios executivos?

Não há um dia em que a família não seja objecto de proclamação pelo mundo fora. Aliás, o mesmo acontece com a paz. No entanto, é da crise da primeira e da ausência da segunda que a actualidade se alimenta freneticamente.

Porque há famílias em crise, os novos paladinos da “libertação” familiar, logo concluem silogisticamente pela crise da família.

Então pelo mesmo raciocínio, havendo desemprego menosprezamos o valor do emprego? Havendo doenças, desvalorizamos o benefício da saúde? Havendo fumadores devemos dar menos valor ao benefício de não fumar?

Claro que não. Havendo muitas famílias em dificuldade, ninguém, de boa-fé, pode, todavia, pôr em causa a família como a expressão antropológica mais solidarista de transmissão da vida, de partilha geracional, de desenvolvimento da personalidade, de mais informal e eficaz instituição de partilha, de protecção social e de escola de trabalho.

Mas temos que reconhecer que as vulnerabilidades por que passa a família contribuem para o empobrecimento cívico, espiritual, afectivo e educativo.

Por isso, a família pode e deve ser a primeira instância de resistência contra a renúncia a valores superiores, sem os quais apenas se pode construir uma qualquer ilusão fugaz.

Bem se sabe que é preciso haver abertura intelectual para perceber as mudanças no mundo que nos envolve. Mas também não podemos descartar a profundidade e extensão da experiência acumulada

de gerações passadas. A família é uma unidade feita da diversidade de idades, onde cada um vale mais pelo que é do que pelo que tem.

Não há desenvolvimento verdadeiramente humano sem qualidade da família. Nem é possível e desejável construir e desenvolver um “Estado Social de bem-estar” radicado num certo “mal-estar das famílias”.

A família não é para a sociedade e para o Estado, antes a sociedade e o Estado são para a família” (Conselho Pontifício Justiça e Paz, 2004). Bento XVI escreveu na Caritas in Veritate que “*perante concepções e políticas materialistas, no âmbito das quais as pessoas acabam por sofrer várias formas de violência [...] há que contrapor a competência primária das famílias*”.

Em matéria familiar tenho respeito pelas normas, mas acredito mais nos valores. Valorizo os recursos, mas elejo o exemplo. Admiro o êxito individual, mas sou mais sensível ao sucesso familiar.

“O futuro da humanidade passa pela família!” (Familiaris Consortio).

Domingo, 24 de Fevereiro de 2013

A FAMÍLIA E AS CRISES

J. Boléo-Tomé

É, sem dúvida, um lugar comum dizer que vivemos numa sociedade completamente afogada em contradições: confusa, exigente, destruidora, otimista, suicida, tudo se pode encontrar em doses abundantes na sociedade destes tempos que atravessamos. A Família é, necessariamente, uma das vítimas, podemos dizer mesmo, a principal vítima deste conflito de valores que perturba, que desorienta, que desespera, que derrota, mas que pode igualmente conduzir a uma forte reafirmação de princípios e a uma sólida e persistente tenacidade na sua defesa.

É esta mesma sociedade que, na sua contradição permanente, explora insistentemente os meios de destruição da unidade familiar – a infidelidade, o divórcio, as famílias contranatura, a destruição da vida, e a própria discussão da natureza humana nos seus protagonistas – homem-mulher; mas que vem igualmente pedir à Família que seja a célula fundamental da sociedade, que seja o primeiro e principal núcleo de formação moral e cívica do cidadão, que se constitua em família de acolhimento para os abandonados, que seja uma autêntica escola de vida.

E não há dúvida nenhuma de que só na Família, e refiro-me à Família constituída naturalmente, é possível aprender e exercitar-se “a vencer as tensões entre autonomia e comunhão, unidade e diferença”, como disse João Paulo II na sua *Carta às Famílias*; ou, de acordo com o Papa Bento XVI, o lugar autêntico onde é possível

transmitir as formas fundamentais de ser Pessoa Humana¹. Pode-se afirmar que é na instituição familiar que se tornará possível o treino gradual, persistente e progressivo, para a abertura do indivíduo à sociedade humana e ao mundo. O desenvolvimento pacífico dos povos e nações terá muito a ver com esta escola de vida, a cada momento dialogante, onde conceitos/comportamentos como disciplina, respeito, confiança, generosidade, serão testados e integrados pouco a pouco na maneira de estar do indivíduo em sociedade.

Se estas são as exigências que nós aceitamos, e que são propostas à Família pela própria sociedade incoerente e perversa, existem igualmente pressupostos essenciais para a realização familiar que deverão ser aceites, respeitados e promovidos: que a Família disponha de um *tempo para o encontro* e que lhe seja reconhecida a urgência em ser, verdadeiramente, um *espaço de fecundidade*.

TEMPO PARA O ENCONTRO

Podemos ler na Declaração Universal dos Direitos do Homem que a Família é “o núcleo natural e fundamental da sociedade” (Art. 16º, nº 3). E é o *único* núcleo natural, independente de convulsões sociais, políticas ou ideológicas. Como tal, constitui um autêntico «património da Humanidade», como lhe chamou João Paulo II, na sua *Carta aos Chefes de Estado* de todo o mundo. Por isso, acrescentava o Papa, uma instituição natural tão fundamental não pode ser manipulada por ninguém. Mas não é isso que acontece diariamente nas mensagens com que os povos são bombardeados: telenovelas, filmes, debates, leis, tudo aponta para uma família como instituição caduca que se pode planear, modificar ou mesmo extinguir. Procura-se criar uma nova mentalidade: tornando a Família frágil, retirando-

¹ Discurso à Cúria Romana, no tradicional encontro para os bons votos de Natal, Dezembro de 2012

lhe o valor de instituição básica e essencial para o desenvolvimento harmónico do ser humano, discutindo mesmo a natureza de cada um dos seus elementos naturais (Bento XVI)², facilmente se controla o indivíduo, afectivamente e psicologicamente desamparado.

Esta é uma realidade bem patente, por exemplo, no documento de trabalho que foi proposto para a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, que se realizou no Cairo há cerca de vinte anos (Setembro de 1994). Nele, o dom desinteressado, o autodomínio, o sentido de responsabilidade, eram noções referidas como pertencendo a outra época, já ultrapassada. É igualmente patente, e de forma muito mais agressiva, através do que vem sendo aprovado pelo Parlamento Europeu e enviado aos Estados membros como directivas ou recomendações. Trata-se de uma concepção de vida humana reduzida a interesses económicos e políticos que, ao longo dos anos, tem vindo a transformar-se numa imposição de um estilo de vida característico de certos grupos sociais existentes nas sociedades materialmente ricas e espiritualmente pobres.

Falar de *Tempo para o Encontro* em tal contexto poderia, por isso, parecer disparate ou simples perda de tempo. Não creio, porém, que seja próprio do homem consciente da sua dignidade e valor tomar como fatalidade o que outros, no seu activismo agressivo, nos querem fazer aceitar como facto consumado.

O *Encontro*, como pressuposto da vida familiar, exige *Tempo*. É que são muitas as matérias de estudo a desenvolver em família, pelo exemplo, pela palavra, pelo convívio, pela vida em comunidade.

É necessário falar da Vida: a Vida como valor, a Vida como dom, a Vida como motor de progresso, a Vida como construção da harmonia. A vida humana é um encontro permanente, com cada um e com todos. O tempo familiar dá ao indivíduo, completamente,

² No já citado Discurso à Cúria Romana, Dezembro de 2012

a noção desse encontro pessoal e colectivo, valorizando-o... ou desvalorizando-o, conforme o modelo de vida adoptado pelos pais na comunidade familiar de que são responsáveis. Não estará aqui uma das grandes causas da recusa da vida como sintoma da sociedade actual – recusa pela negação, recusa pela violência, recusa pela destruição, recusa pela droga, recusa pelo suicídio?

É necessário falar da Globalidade da Família: local de encontro fortuito, tipo hotel de passagem? Local de conflitos ou de simples acordos de cavalheiros? Local de competição? Ou, pelo contrário, um todo, uma atmosfera, um ecossistema com as suas leis próprias, com os seus mistérios, com os seus silêncios ou protestos, em que todos e cada um se sentem comprometidos, responsáveis? A noção de *Família Global*, em que pais e filhos, de qualquer escalão, se sentem profundamente solidários na alegria ou na dor, na intervenção social ou na intimidade do encontro; e em que é treinado o trabalho colectivo, em que todos são responsáveis por todos, é uma noção fundamental para o crescimento do indivíduo, e para a sua afirmação na sociedade.

É necessário falar das Virtudes, e das suas consequências, os Deveres. Escola do dom de si próprio e da partilha, é a partir desse facto tão simples que a criança, o adolescente, o adulto, aprendem a combater e dominar o individualismo, a sentir a necessidade de uma autodisciplina e de uma disciplina colectiva, a compreender que cada direito tem obrigatoriamente a contrapartida de um dever – direito de falar I dever de saber ouvir; direito à liberdade sociopolítica I dever de responsabilidade, com todas as consequências... Os deveres, como balizas do comportamento, constantemente postos em causa pelo relativismo ideológico, são pedras fundamentais para a construção segura, responsável, do caminho a construir por cada ser humano. Por isso, é necessário falar das virtudes da Família como escola e encontro de direitos e deveres do cidadão.

É necessário falar do Esforço, pessoal e colectivo. Esforço pessoal, empenhadamente promovido e acompanhado pela comunidade familiar; esforço pessoal como caminho de desenvolvimento do ser humano para a plenitude da sua maturidade. Este esforço pessoal, acompanhado colectivamente, dará o valor às privações necessárias, às dificuldades encontradas, ao sentido pedagógico do trabalho, aos retrocessos e progressões – esforço que só encontra o seu valor quando permanece no tempo para além do acaso ou do facto fortuito. Que tristeza eu sinto quando olho para as crianças que têm tudo, antes mesmo de o desejarem; que frustração vejo nos seus olhos sequiosos de ternura e de infinito!

É necessário falar de Fidelidade. A Família, a minha, a tua, a de cada um dos que me ouve ou lê, será *familia por acaso*? Será uma sociedade por quotas, com sócios reunidos por *interesses pessoais* comuns? Será apenas um grupo de pessoas com algumas afinidades, mas apenas “grupo” sujeito a desfazer-se pelas fatalidades exteriores ou incompreensões interiores? Na Família de que falo, no tal núcleo natural e fundamental da sociedade, não há a perfeição impossível ou o entendimento permanente: há erros e vitórias, há renúncias, há dádivas, há perdões; há espinhos que magoam, mas há igualmente alegrias que cimentam; há fraquezas mas há também renovação de promessas. Em suma: existe o que hoje estão a colocar de parte, como ideia inútil, ou como disparate, ou como velharia desajeitada – a *Fidelidade*. Passou a ser mais fácil desfazer um vínculo familiar (o casamento) do que um vínculo comercial.

É necessário falar de Felicidade. Atenção por favor: não estou a falar de dinheiro, nem de sexo, nem de poder – os tais três PPP da ditadura do relativismo (*Posse, Poder, Prazer*). A felicidade constrói-se dentro de cada um, não vem de fora. É feita de momentos que, em conjunto, farão as horas e os dias da nossa felicidade. São momentos de êxito depois da queda, do erro, ou do medo, ou da dúvida; são momentos de conforto, depois da dor, ou da tristeza, ou

do desespero; é a tentação vencida, é a dificuldade ultrapassada pelo esforço pessoal, é o dever cumprido, é a dádiva com amizade, é a mão que transmite carinho e apoio.

É necessário falar de Liberdade. Falo da Liberdade como dom entregue apenas e exclusivamente ao ser humano para o exercício da inteligência e da vontade. A aprendizagem da escolha de um comportamento, a compreensão da noção de responsabilidade pelo acto realizado, são elementos essenciais que, em família, vão formar o futuro cidadão na compreensão das verdadeiras dimensões da liberdade em sociedade, dos seus limites, das suas consequências, das suas contrapartidas. É a Liberdade exercida nos seus quatro tempos ou pilares – pensar, escolher, decidir, actuar, responsabilmente. Esta é a Liberdade que aceita a disciplina, que aceita o dever, que promove e defende a responsabilidade pessoal e colectiva, que toma o respeito pela pessoa humana como um valor fundamental no comportamento em sociedade.

É necessário falar do Amor. Não o amor/sexo, não o amor ego-cêntrico, não o amor dos painéis, das revistas e de toda a barafunda de imagens que drogam o mundo. O amor, vocação única e exclusiva do ser humano, é a capacidade e disponibilidade de se dar, tendo como objectivo o bem do outro ou dos outros. Eu posso encher um filho de bens materiais, numa falsa noção de amor: estarei apenas a tentar desculpabilizar-me, ou a tentar comprar o seu carinho porque não sei o que é o amor. O amor só existe como consequência do culto e aceitação da Verdade; sem ela, não passa de um invólucro vazio, que se pode encher arbitrariamente³. O amor é o cimento, a flor que dá sentido à vida, que faz compreender a Virtude, que ajuda a desenvolver e aperfeiçoar a Fidelidade, que constrói e alimenta um espaço de Felicidade, que faz aceitar o Esforço como atitude de dignificação humana.

³ Papa Bento XVI, «Caritas in Veritate».

ESPAÇO DE FECUNDIDADE

O segundo pressuposto para a realização da Família é que ela possa ser um verdadeiro *espaço de fecundidade*. Criar um *espaço de fecundidade* é, em primeiro lugar, criar um espaço para a Vida.

De que vida falamos? Será da vida biológica, da vida sensorial, da vida afectiva, da vida intelectual, da vida social, ou da vida espiritual? De tudo isto e ainda mais – define-se como *Vida Humana*. É o espaço para essa Vida Humana que hoje se vem tornando cada vez mais difícil de conseguir. É que, na sociedade actual, na mesma sociedade que pede à Família que seja um espaço de fecundidade, são levantados *problemas e obstáculos* que tornam difícil construir o tal núcleo onde uma vida verdadeiramente humana possa ser cultivada, crescer e afirmar-se.

O problema das roturas: Falámos de Fidelidade numa perspectiva de vontade e de esforço pessoal. Fidelidade é palavra inexistente no vocabulário legal ou nos meios de comunicação social: família natural ou família legal ou união de facto embora precária são, à face da lei, praticamente o mesmo. O divórcio ou a separação são hoje quase a atitude “normal”, pode-se mesmo dizer, sem exagero, que se transformou numa forma de estar de certas classes dominantes. Por isso, a Fidelidade não existe nas mensagens que constantemente condicionam o espírito dos humanos: “jantar” com um amigo/amiga (talvez ainda de sexo diferente, apesar dos *media*) é quase o mesmo que “ir para a cama” com ela/ele.

A rotura é promovida insistentemente. Não tem lugar o esforço para ultrapassar uma briga, um desentendimento; o obstáculo mais comezinho é causa de rotura, sem criar qualquer espaço para o arrependimento, a reflexão, a reconciliação. O amor, cimento e motor da fidelidade, superficializou-se, ficando reduzido a uma sensação epidérmica, a um momento de passagem, ou transformado num imaginário irreal; por isso não é cultivado, não é tratado, com o esforço e persistência que ele exige.

«Foi o tempo que perdi com a minha flor que tornou a minha flor tão importante» (Saint-Exupéry).

Porque “não há tempo a perder” com o amor, o amor deixou de ser importante: a separação, a rotura, o vazio afectivo, são a consequência.

O problema do êxito: Numa sociedade incoerente como esta, perversa mas simultaneamente exigente e destruidora, só conta aquele que sobe, que triunfa, que se impõe, qualquer que seja o meio utilizado – no poder político, no poder social, no poder económico. Os “sinais exteriores” de riqueza, de poder, de influência, de domínio, são promovidos diariamente, insistentemente, numa verdadeira pedagogia do êxito. “*Tens que ser o melhor aluno*” não tem nada a ver com ser o melhor companheiro, o melhor amigo, o mais generoso, o mais leal e verdadeiro.

Porém, a par desta pedagogia do êxito pelo esforço obcecadamente dirigido para o triunfo sobre os outros, impõe-se igualmente uma outra forma de pedagogia: o triunfo fácil, a riqueza rápida, por qualquer meio. A droga encontra aí o seu melhor ambiente: negócio fácil, abundante, progressivamente crescente, infinitamente frutuoso... E que dizer dessa outra pedagogia do êxito fácil, formada pela abundância de centros de jogos de azar, ou pela proliferação de concursos?

E porque o êxito é o objectivo, tudo o que possa ser obstáculo – a doença, a anomalia, a raça, a religião – é objecto de recusa, de rejeição, como contradição desta espécie de sucesso cultivado pelos que “marcam” comportamentos e mentalidades na sociedade actual.

O problema da natalidade: Realmente, o problema da natalidade parece não existir. Que importa que a média de filhos por casal seja bastante inferior à necessária para um crescimento zero? Que importa que seja o dinheiro de todos os portugueses a pagar as campanhas de esterilização directa ou indirecta das mulheres portu-
gue-

sas? Sim: que importa tudo isso – afinal, a realidade é que a Nação Portuguesa não interessa aos senhores do poder, é preciso diluí-la no amorfismo europeu. Estamos nós preocupados com os filhos, quando o Estado Português que diz defender-nos lhes dá exactamente o valor de uma única linha envergonhada, bem escondida entre duas verbas, essas essenciais porque numeram e localizam o contribuinte; ou quando atribui regalias e protecção às mulheres que pedem o aborto, regalias que não são dadas às que escolhem ter o filho; ou quando o valor económico dos filhos é, quando muito, comparável a um seguro de vida (modesto...) ou de acidentes pessoais, numa bela sanduíche fiscal de puro engano, das várias que nos são oferecidas com tanta simpatia.

Não, a natalidade não parece ser problema; os filhos (quase nenhum) que cresçam com amas electrónicas ou mercenárias, ressequidos de afecto e inundados de tecnologia.

Porém, como contraste desolador, paralelamente a esta recusa da vida assiste-se a um aumento doloroso do número de casais infecundos que procuram a todo o custo conseguir uma criança para adopção. Por isso igualmente o negócio do tráfico de crianças para adopção cresce a olhos vistos, um pouco por todo o mundo.

O problema do espaço para ser fecundo: Espaço não significa apenas área ou cubicagem entre paredes exteriores, que também é exíguo, nos conceitos actuais de espaço familiar. Significa igualmente e principalmente ambiente, clima onde seja possível a vida, o esforço, a virtude, a fidelidade, a alegria, a felicidade, quer dizer o amor. Esse espaço, muitas vezes bem curto fisicamente, é constantemente invadido e ocupado, sendo a televisão o principal ocupante, embora cedendo agora uma parte aos novos meios informáticos pessoais, que isolam ainda mais cada um dos elementos da família. Com estes, foram inventadas novas “famílias” que nada têm a ver com o núcleo familiar fundamental – as redes sociais, nascidas para combater o isolamento e para participação cívica, mas tantas vezes

desviadas para caminhos de perversão e de destruição de crianças e jovens.

Há já vinte anos o Papa João Paulo II subordinou a sua mensagem para o XXVIII Dia Mundial das Comunicações Sociais ao tema «Televisão e Família: critérios para saber ver», e nela deixou um apelo aos pais e educadores, recordando que a televisão afectou profundamente a vida familiar, infelizmente no mau sentido. Porque esta mensagem continua bem actual, vale a pena transcrever uma parte da sua análise.

Disse o Papa João Paulo II que o saldo dos efeitos sobre a família tem sido negativo, *“propagando valores e modelos de comportamento degradantes, transmitindo pornografia e imagens de violência brutal, inculcando formas de relativismo moral e de cepticismo religioso, difundindo informação distorcida ou manipulada sobre acontecimentos e questões correntes, propondo formas de propaganda que exploram os instintos de base, enaltecendo imagens falsas da vida que impedem a realização do respeito mútuo, da justiça e da paz”*.

Continua igualmente a ser bem real o conteúdo do famoso libelo acusatório do então Arcebispo de S. Salvador da Baía, Cardeal Moreira Neves⁴, dirigido à televisão brasileira, que assumiu o título e a forma do bem conhecido “J’accuse” de Émile Zola.

A televisão, assim como os novos meios informáticos, ignorando ou menosprezando os valores essenciais da vida humana, vieram ocupar o lugar da conversa, da actividade em comum, da própria oração em família.

⁴ Dom Lucas Moreira Neves foi nomeado Arcebispo de S. Salvador e Primaz do Brasil em 9 de Julho de 1987; nomeado Cardeal em 28 de Junho de 1988. Designado prefeito da Congregação para os Bispos, tomou posse do cargo em 25 de Junho de 1998, renunciando em Setembro de 2000, aos 75 anos. Faleceu em Roma em 8 de Setembro de 2002. Foi membro da Academia Brasileira de Letras.

Falta espaço para ser fecundo: fecundo nos filhos, fecundo no encontro, fecundo na irradiação, fecundo na alegria, fecundo na sociedade civil.

O problema da permissividade como lei de comportamento, baseada no relativismo moral que permite e incentiva a discussão de todo e qualquer valor, incluindo o próprio ser humano, como homem ou como mulher. Este relativismo, entendido como a forma mais completa de praticar a *liberdade*, retira todo o valor aos componentes dessa liberdade, como marca ou sinal de humanidade: o pensamento, a escolha, a decisão, a acção, numa base de completa responsabilidade. Esta responsabilidade existe perante si próprio e perante a sociedade da qual todos fazemos parte: podemos dizer que existimos em função dos outros. A negação ou recusa de normas ou regras de comportamento em nome do relativismo libertário, e não libertador, conduz inexoravelmente à desagregação social, à *libertinagem* que não aceita limites: com “valores” relativos, e por isso discutíveis e elimináveis, nada nem ninguém constitui obstáculo ao exercício de qualquer acção ou atitude, por mais destrutiva que possa ser.

Poderiam ser enumerados outros problemas que a sociedade levanta à família pela voz ou imagem, no anúncio mil vezes repetido, e pela legislação agressiva dos seus mentores, tornando difícil ou mesmo impossível encontrar os seus tão necessários espaço de fecundidade e tempo para o encontro. Citam-se apenas mais dois, pelas gravíssimas consequências a que têm conduzido a sociedade chamada “civilizada”: o **problema do ateísmo**, tantas vezes impregnado de uma autêntica *crisofobia*, e que embebe a sociedade actual como atitude civilizada, impondo o seu pensamento nos programas supostamente educativos; ou o **problema do cientismo tecnológico**, que conduz a uma fé absoluta na ciência e na técnica... e às pesadas frustrações que são a sua consequência.

Numa sociedade que adoptou como símbolo o preservativo – preserva-se dos filhos, preserva-se, às vezes, da doença, preserva-se de compromissos, preserva-se do sofrimento alheio, preserva-se do vizinho, do concorrente, de todos os outros... – é urgente reencontrar o verdadeiro ambiente familiar, reconstruir o seu tempo de encontro para criar de novo o espaço de fecundidade que a Família parece ter perdido. Estes são os desafios; este é o programa para ultrapassar as crises que pesadamente se têm abatido sobre a Família.

Lisboa, Janeiro de 2013

FAMÍLIA E SOCIEDADE

Pedro Vaz Patto

Gostaria de centrar esta minha comunicação na ideia de que a família é um bem público, um bem social. Podermos encarar a família na perspectiva do seu relevo privado, como um bem para a realização pessoal (no plano afectivo, espiritual ou outros) de cada um dos seus membros, de cada um de nós. Mas devemos também encará-la na perspectiva do seu relevo social, no bem que representa para a sociedade no seu todo. Afirmo o sociólogo da família italiano Pierpaolo Donati que «a família é a fonte vital das sociedades mais portadoras de futuro», pois é «da família que provem o capital humano, espiritual e social primário de uma sociedade». Podemos dizer também, nesta linha, que a saúde e coesão de uma sociedade dependem da saúde e coesão da família¹.

Esta ideia ajuda-nos a compreender, entre muitas outras coisas, o essencial do que está em jogo na discussão sobre a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Porque a questão da regulação jurídica do casamento tem a ver com o relevo e a função

¹ Isto mesmo foi sublinhado a respeito dos recentes tumultos juvenis em Inglaterra, encarados como uma “chamada de atenção” numa sociedade em que vem proliferando o fenómeno do crescimento de jovens e crianças sem o pai e a mãe unidos (ver www.zenit.org, 25/8/2011).

social da família, há que verificar se são os mesmos o relevo e a função social de uma união entre um homem e uma mulher, por um lado, e o relevo e a função social de uma união entre pessoas do mesmo sexo. A diferença de tratamento entre uma e outra dessas uniões justifica-se pela diferença desse relevo e dessa função social. Não se trata de discriminar pessoas em função da sua orientação sexual. Não se trata de negar o direito à felicidade pessoal de ninguém. Não se trata de regular afectos. «O Estado não tem que dizer quem ama quem»- ouviu-se dizer aos partidários da legalização do casamento homossexual. É verdade, mas o que está em causa não é isso. Não está em causa o relevo privado, o apoio afectivo que a família pode representar. Trata-se do reconhecimento social e jurídico da primeira e mais básica das instituições sociais, da «célula básica da sociedade», como o faz a Declaração Universal do Direitos Humanos de 1948.

A família é a primeira e mais básica das instituições sociais, antes de mais porque assegura a renovação das gerações (o que, como é evidente, só pode ser assegurado por um união entre um homem e uma mulher). Podemos dizer que a primeira função de qualquer comunidade é assegurar a sua própria sobrevivência e renovação.

A este respeito, virá a propósito referir como é da família, da sua saúde e coesão, que dependerá a saída para a mais grave crise social com que se deparam hoje as sociedades europeias (e, cada vez mais, também outras sociedades). Não me refiro à crise financeira, refiro-me à crise demográfica, uma crise sem paralelo na História, porque normalmente as crises demográficas decorriam de guerras ou períodos de graves carência, que hoje não se verificam.

Disse que não me referia à crise financeira, mas a crise financeira também tem algo a ver com a crise demográfica. Parece intuitivo que numa sociedade em envelhecimento, as despesas públicas serão cada vez maiores (em pensões, saúde, etc) e as receitas cada vez menores. Sublinho este aspecto com o cuidado de advertir que não são

os idosos que estão a mais (é um grande bem que vivam mais tempo do que noutras épocas), são as crianças e jovens que faltam. Assim, o financiamento do Estado há-de ser cada vez mais problemático. Mas análises mais aprofundadas de especialistas (como o economista italiano Ettore Gotti Tedeschi) também têm posto em evidência como a crise financeira tem origem na menor propensão à poupança e na expansão excessiva do crédito para fazer face a despesas supérfluas e compensar a menor procura de bens essenciais que decorrem da queda da natalidade.

O ministro da Economia e do Emprego, Álvaro Santos Pereira, no livro *Portugal na Hora da Verdade* (Gradiva, 2011) realça a dimensão estrutural do problema da crise da natalidade e sugere algumas medidas, salientando que as despesas que possam envolver são necessárias, em contraste com as muitas sugestões de eliminação de despesas públicas que também constam desse livro. Mas essas medidas são ainda pouco precisas ou insuficientes. O programa do actual governo aborda a questão, apontando para um debate nacional a seu respeito, mas não indicando soluções concretas e imediatas.

A imigração poderá atenuar o problema por algum tempo, mas não o resolverá: porque seria necessário um número de imigrantes muito superior àquele que as sociedades europeias estão preparadas para acolher; porque os imigrantes também tendem a reduzir o número de filhos e porque Portugal parece ter deixado de ser destino privilegiado de migrações (parece até que voltou a ser país de emigração).

Não será certamente a atribuição isolada de subsídios por ocasião do nascimento de crianças a influenciar a decisão de ter filhos. Há outros exemplos bem sucedidos de políticas que favorecem a natalidade. O sistema fiscal francês, por exemplo, assente no chamado *quociente familiar* (a fixação de taxas em função do rendimento dividido pelo número de filhos), associado a outras medidas, contribui para uma taxa de natalidade das mais elevadas (ou das menos bai-

xas) da Europa. Assim também o regime de licenças de paternidade e maternidade na Suécia.

Há que favorecer a conciliação entre o trabalho e a vida familiar. E há que contrariar a tendência crescente para a precariedade laboral: nesse contexto a decisão de ter filhos é natural e permanentemente adiada.

Mas a chave da resolução do problema reside noutra plano. Por muito generosas e adequadas que sejam as medidas económicas e sociais de promoção da natalidade, elas não serão suficientes. Essa chave situa-se no plano da cultura e da mentalidade. Nenhuma das políticas acima referidas permitiu a algum dos países da Europa atingir uma taxa de natalidade que garanta a renovação das gerações. Dados recentes indicam que a queda da natalidade na Alemanha, uma das mais sólidas economias europeias, com generosas políticas de fomento da natalidade, não deixa de se acentuar.

O Papa Bento XVI na encíclica *Caritas in Veritate* fala, a este respeito, em «cansaço moral» e «falta de confiança no futuro» como causas da crise da natalidade. Se olharmos à nossa volta, vemos que as famílias que optam por um número de filhos acima da média não o fazem por ter mais recursos ou facilidades do que as outras. Fazem-no, na maior parte dos casos, por uma opção consciente em favor da vida.

Antes de mais, há que acreditar na família como um projecto duradouro, assente num compromisso de doação total, não na volatilidade dos sentimentos. Só nesse contexto é razoável a decisão de ter filhos. As mais recentes alterações legislativas, que facilitam em extremo o divórcio e fazem do casamento o mais instável dos contratos, veiculam uma mensagem cultural de sinal contrário. Há que contrariar esta e outras mensagens deste tipo. Voltarei a abordar esta questão. Mas, para já, quero realçar como neste aspecto se confirma a ideia que inicialmente sublinhei: da saúde e da coesão da família depende a saúde e coesão da sociedade². Nunca será salutar e coesa

uma sociedade em que o divórcio deixa de ser a exceção e passa a ser a regra.

Para superar a crise demográfica, importa contrariar a mentalidade que acentua o individualismo e rejeita os incômodos e sacrifícios que os filhos necessariamente acarretam. Mas há também uma mentalidade de aparente altruísmo que importa contrariar. A que se nota em expressões como esta: «aos meus filhos quero dar o melhor, e só posso dar o melhor a um». O melhor que se pode dar aos filhos é, porém, a possibilidade de conviver com vários irmãos, e assim beneficiar da melhor escola de socialidade (com as dificuldades inerentes a qualquer socialidade - é certo).

Saber que a vida é sempre um dom que compensa todos os sacrifícios – só com esta consciência pode ser vencida a crise da natalidade.

Mas não é só a função biológica de geração de filhos que faz com que a família cumpra a primeira e mais básica das funções sociais. Cumpre essa função porque representa o contexto mais adequado e harmonioso para a educação das novas gerações. E são vários os motivos por que assim é, por que se trata desse contexto mais adequado e harmonioso.

Na família respeita-se a dignidade da pessoa humana, esta é encarada como ser único e irrepetível (não há lugar para o anonimato). Na família a pessoa é acolhida e amada pelo que *é*, não pelo que *faz*

² Afirma, a propósito da crise demográfica, Bento XVI na encíclica *Caritas in Veritate* (n. 44): «Deste modo, torna-se uma necessidade social, e mesmo económica, continuar a propor às novas gerações a beleza da família e do matrimónio, a correspondência de tais instituições às exigências mais profundas do coração e da dignidade da pessoa. Nesta perspectiva, os Estados são chamados a instaurar políticas que promovam a centralidade e a integridade da família, fundada no matrimónio entre um homem e uma mulher, célula primária e vital da sociedade, preocupando-se também com os seus problemas económicos e fiscais, no respeito da sua natureza relacional».

ou pelo que *produz*. Quando doente ou portadora de deficiência, não deixa de ser valorizada.

A família é, como já disse atrás, a primeira e mais básica escola de socialidade. Nela se aprende a convivência com o *outro* e o *diferente* (os irmãos nunca são iguais, nem sequer os gémeos, e os filhos nunca são o reflexo da imagem dos pais, contra o que estes insensatamente pretenderiam).

Na família a solidariedade não é imposta, é espontânea e calorosa. Virá a propósito evocar a distinção que a encíclica *Caritas in Veritate* entre as várias formas da doação: o *dar* para *ter*, que caracteriza as normais relações de mercado, o *dar* por *dever*, que caracteriza as relações do cidadão com o Estado e o *dar* desinteressado. Esta encíclica sublinha a necessidade de a gratuidade, o *dom* desinteressado penetrar cada vez mais na vida económica. E o campo privilegiado da gratuidade é, precisamente, o da família, onde espontaneamente se dá sem esperar nada em troca e com a maior das alegrias. É esta experiência de gratuidade e de dom que deve partir da família para se alargar a toda a sociedade. Voltamos à ideia inicial: também por este motivo da saúde e da coesão da família depende a saúde e coesão da sociedade.

Na família a autoridade é exercida como serviço e por amor.

A renovação das gerações no seio da família também permite a mais harmoniosa aliança entre a tradição e a novidade. As gerações mais velhas transmitem às gerações mais novas, como a sua mais preciosa herança, aqueles valores perenes que não estão sujeitos à usura do tempo e não passam com as modas. As gerações mais novas representam a abertura ao novo, ao dinamismo e à criatividade, que tornam vivos esses valores perenes. Também neste aspecto se notam os malefícios da crise da natalidade: uma sociedade sem crianças e jovens perde entusiasmo, dinamismo, criatividade e confiança no futuro. A família permite resistir às inovações deletérias e insensatas, mas garante as que representam um enriquecimento.

Num outro aspecto a família representa o contexto mais adequado e harmonioso para o crescimento e educação das novas gerações. A família nasce da unidade e complementaridade das dimensões masculina e feminina que compõem, juntas, nessa unidade e complementaridade, a integridade do humano. É, por isso, um direito da criança ser educada por um pai e uma mãe. Privá-la intencionalmente de uma dessas figuras é privá-la do contacto existencial com uma dessas dimensões, essencial para a construção da sua própria identidade como homem ou mulher. E a adopção é um direito da criança, não um direito dos candidatos à adopção. Não tem, por isso, sentido falar em eventual discriminação de pares do mesmo sexo (mesmo que unidos pelo casamento) enquanto candidatos à adopção (pois não se trata de um direito destes).

O casamento tem representado nas sociedades e culturas mais diversificadas um símbolo dessa riqueza que representa a dualidade sexual, da unidade dessa diversidade. A mensagem bíblica exprime-o com as palavras do *Génesis*: «*Deus os criou homem e mulher .. e viu que era bom...*» Esta riqueza da dualidade sexual, da unidade e complementaridade dos dois sexos, está presente na família e, por seu intermédio, deve penetrar em toda a sociedade. Todos os âmbitos da vida social ganham com o contributo simultâneo, diversificado e harmónico das especificidades masculina e feminina, que são complexas, não são rígidas e uniformes, mas são uma insubstituível riqueza³.

Verificamos como também neste aspecto uma união entre pessoas do mesmo sexo não pode desempenhar esta função social que sempre tem sido a do casamento, uma função simbólica, mas nem por isso menos importante. Tem-se dito que a união entre pessoas do

³ Afirma João Paulo II na sua *Carta às mulheres* que à unidade entre homem e mulher, Deus confia «não só a obra da procriação e a vida da família, mas a construção mesma da história»..

mesmo sexo pode equiparar-se a um casal biologicamente infecundo (por razões de saúde ou de idade), que não deixa de poder contrair casamento. Mas o casamento de um casal acidentalmente infértil continua a exprimir o símbolo da riqueza da dualidade sexual, da unidade e complementaridade entre os dois sexos, o que nunca pode fazer uma união entre pessoas do mesmo sexo.

Quando a ordem jurídica consagra o casamento entre pessoas do mesmo sexo, não está a ser neutra, está a seguir uma opção ideológica, a da chamada *ideologia do género*. Segundo esta ideologia, que se vem difundindo sem que a maior parte das pessoas se aperceba (a maior parte das pessoas não se apercebe de que não é inocentemente que deixou de falar-se em igualdade entre homem e mulher e passou a falar-se em *igualdade de género*), as identidades masculina e feminina não têm qualquer base natural, são uma pura convenção social, e, por isso, podem ser alteradas e escolhidas arbitrariamente. E, por isso também, a união entre um homem e uma mulher deixa de ser a referência e o modelo em que, com base na lei natural, se estrutura a sociedade; passa a ser apenas uma entre várias possíveis formas de família artificialmente construídas (deixa de falar-se em *família* e passa a falar-se em *famílias*).

Quando se encara com indiferença a questão da legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo («*é lá com eles...*»), ou quando se diz que a família “tradicional” em nada fica afectada com essa legalização, não se tem em conta todas estas consequências e, também nesse aspecto, se considera apenas o relevo privado da família, não o seu relevo público e social. Não «*é lá com eles*», é com todos nós, trata-se da definição e reconhecimento da estrutura básica da sociedade.

A família como bem social e público supõe – já o disse – a sua estabilidade. A família assenta num compromisso de doação pessoal total e, por isso, indissolúvel. Não teria sentido uma doação total da

pessoa a prazo ou condicionada. A comunhão que representa o casamento supõe a comunhão dos corpos e a comunhão das pessoas (que não *têm* um corpo, *são* um corpo) com o seu passado, o seu presente e o seu futuro. Como afirmou um dia João Paulo II, trata-se de «assumir o destino do outro». É essa estabilidade que garante o contexto mais adequado e harmonioso para a educação das jovens gerações. E, como também já vimos, promover a estabilidade da família é a das melhores formas de promover a natalidade.

As recentes alterações legislativas no âmbito do divórcio representam o passo mais avançado no sentido da precariedade do regime civil do casamento, que se tornou, como várias vezes se afirma, o mais instável dos contratos (mais, ou muito mais, do que um contrato de trabalho ou um contrato de arrendamento). A evolução do regime jurídico do divórcio, entre nós como noutros países, fê-lo passar, sucessivamente, de um regime de *divórcio-sanção* (o divórcio como sanção contra o cônjuge que violou os seus deveres conjugais de respeito, fidelidade, assistência e cooperação), a um regime de *divórcio-ruptura* (o divórcio que atesta a ruptura do casamento de acordo com a vontade de ambos os cônjuges) e a um regime de *divórcio unilateral* (o divórcio como direito de qualquer dos cônjuges, independentemente dos motivos, mesmo contra a vontade do outro, mesmo que tenha sido o requerente a violar os seus deveres conjugais e sem que desta violação resulte qualquer tipo de sanção no plano das consequências do divórcio). Este último estágio foi entre nós atingido com as últimas alterações legislativas. De acordo com um dos seus proponentes, esse regime reflecte a ideia de que a família assenta nos *afectos* e não nos *deveres*⁴. Quando deixa de existir o sentimento, não há nada a fazer, não tem sentido apelar a deveres

⁴ A exposição de motivos da proposta de lei que veio a ser aprovada alude a três características da evolução da família que deveriam ser tidas em consideração: a *secularização*, a *individualização* e a *sentimentalização*.

e compromissos. Mas se assim for, também não tem sentido ser casado, nada distingue o casamento da união de facto. O amor não é incompatível com o compromisso. Pelo contrário, o amor de doação supõe o compromisso, a doação que vai para além da volatilidade dos sentimentos e de um interesse e prazer momentâneos e supõe renúncias e sacrifícios. Como todos experimentamos, o próprio sentimento extingue-se facilmente se não for cultivado e alimentado por gestos e atitude que dependem da vontade de sobrepor o bem do outro aos interesses individuais.

Terá interesse referir que o regime do *divórcio unilateral* (por vezes também chamado *divórcio sem culpa*), de acordo com vários estudos realizados nos Estados Unidos, tem consequências particularmente nocivas para com as mulheres, mais frequentemente (não sempre, porém..) vítimas de violação de deveres conjugais e menos propensas à desvinculação fácil. Este aspecto tem sido salientado por organizações feministas norte-americanas. Entre nós, com motivos idênticos, as mais recentes alterações legislativas em matéria de divórcio também foram criticadas pela Associação de Mulheres Juristas, que organizou a propósito um colóquio em parceria com a escola do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica.

Tenho plena consciência de que não será, fundamentalmente, um qualquer regime jurídico a garantir a estabilidade da família. Esta dependerá, como a superação da crise da natalidade, de factores culturais muito mais profundos. Mas a Lei tem sempre subjacente uma mensagem cultural, um papel educativo. E a mensagem que decorre da lei que nos rege nesta matéria contraria alguma ideia de valorização da estabilidade familiar, com as consequências sociais que daí decorrem.

A este propósito, pareceram-me interessantes algumas notícias que li recentemente, porque vêm em sentido contrário, porque representam o reconhecimento da vantagem social da estabilidade

da família. Um município italiano decidiu organizar cursos de preparação para o casamento civil e pediu, para tal, a colaboração dos responsáveis dos cursos de preparação para o casamento católico. Em alguns Estados norte-americanos foi aprovada legislação no sentido da realização de cursos de *marriage building* (denominadas *healthy marriage initiatives*) e de mediação familiar no sentido da reconciliação como alternativa ao divórcio (a *Parental Divorce Reduction Act* do Novo México). Estas iniciativas baseiam-se, entre outros estudos, em dados que revelam que uma significativa percentagem de pessoas que se divorciaram (um terço dos homens e um quinto das mulheres) lamenta não ter ponderado suficientemente a alternativa da reconciliação (fenómeno denominado *divorce remorse*)⁵.

Muitas vezes a família é encarada como um refúgio que nos protege de um ambiente hostil da sociedade que nos rodeia, um oásis de harmonia no meio do deserto, um espaço de humanização no meio de um mundo desumanizado. E é assim de facto. É assim para os nossos filhos, que na família recebem a protecção contra más influências. Mas também podemos encarar a família de outra perspectiva: como a fonte e o fermento de onde parte a renovação da sociedade. É assim através dos filhos, que se devem proteger das más influências da sociedade, mas que também a esta podem dar muito. Os valores que se vivem na família (a pessoa amada e acolhida como ser único e irrepetível, o amor gratuito, a solidariedade espontânea, a autoridade como serviço, o valor do doente e do idoso, a aliança da tradição e da inovação, a unidade e complementaridade das dimensões masculina e feminina, a fidelidade e o compromisso) devem estender-se, por seu intermédio, a toda a sociedade: às empresas, aos serviços públicos, às escolas e hospitais, às comunidades eclesiais, às associações. A família é o modelo, o *dever ser* de qual-

⁵ Ver www.zenit.org

quer convivência humana. «*São como uma família*» - diz-se de uma qualquer forma de convivência social saudável e benéfica «Como a família, assim a sociedade» - foi o mote de uma proposta de Chiara Lubich, fundadora do Movimento dos Focolares, afirmou um dia: «No mundo existem já estruturas e instituições a nível local, nacional e internacional: ministérios, hospitais, escolas, tribunais, bancos, associações, organismos vários. Mas é necessário humanizar estas estruturas, dar-lhes uma alma, de modo a que o espírito de serviço atinja aquela intensidade, aquela espontaneidade e aquele ímpeto de amor pela pessoa que se vive na família.»⁶

⁶ Ver www.focolare.org

A FAMÍLIA, O DIVÓRCIO E A FÉ

Por John Flynn, LC

*EUA: novo “dossier” revela impacto negativo sobre a fé nas famílias divididas**

As consequências sociais negativas do divórcio são bem conhecidas, mas uma nova pesquisa mostra que ele também leva à diminuição da prática religiosa. Na semana passada, o Instituto de Valores Americanos publicou o dossier “O modelo da família modela a fé? Os impactos das mudanças da família desafiam as Igrejas”, apresentando os resultados de uma pesquisa feita com estudantes.

Em cada ano, cerca de um milhão de crianças vive a experiência do divórcio dos pais, diz o relatório. Um quarto dos jovens adultos vem de famílias divorciadas. Os autores do estudo dizem que os filhos de divorciados se tornam menos religiosos quando chegam à idade adulta do que aqueles que crescem em famílias unidas. Enquanto dois terços das pessoas que cresceram em famílias intactas afirmam ser muito religiosas, apenas metade dos que têm pais divorciados diz a mesma coisa. Em termos de prática religiosa, mais de um terço dos adultos jovens de famílias unidas é praticante, contra um quarto das pessoas que vêm de lares desfeitos.

* Enviado de Roma por ZENIT.org, em 22 de Janeiro, 2013.

De acordo com o relatório do Instituto de Valores Americanos, a influência mais significativa para os jovens em termos de fé e prática religiosa vem dos pais. “Os pais desempenham um papel vital na influência religiosa sobre os filhos após o divórcio, especialmente numa cultura em que os compromissos associativos e outras formas de participação cívica não são mais uma referência normativa, como ocorria no passado”, diz o *dossier*.

Falta de apoio e de exemplo

Uma das razões para os filhos de pais divorciados serem menos praticantes, de acordo com o estudo, é o facto de que, na hora da separação dos pais, dois terços dos entrevistados afirmarem que ninguém da comunidade religiosa lhes ofereceu qualquer apoio. Outra razão é o facto de o divórcio provocar um declínio na frequência das crianças à igreja. O número de adultos crescidos em famílias divididas que são frequentadores regulares da igreja é metade do número dos filhos de famílias unidas que praticam a religião. Quem passou pelo divórcio dos pais também afirma ter encontrado menos referências espirituais e religiosas na família. Apenas um terço dos pais divorciados encorajou os filhos a praticarem a fé, contra dois terços das famílias unidas. O divórcio tem impacto directo sobre a fé como tal, dizem os entrevistados, alguns dos quais interpretam o divórcio dos pais como um dano aos seus valores espirituais essenciais. Estes são mais propensos a definir-se como “espirituais” em vez de “religiosos”.

Outro estudo conclui que os filhos de famílias desestruturadas são menos interessados em buscar um sentido, a verdade ou uma relação com Deus, além de menos inclinados a pensar que as instituições religiosas podem ajudá-los.

Divórcio amigável e a Igreja como espaço de acolhimento

Os pesquisadores avaliaram o impacto do chamado “bom divórcio”, aquele que acontece de modo amigável ou sem conflitos. O resultado indica que os jovens criados em famílias felizes e unidas têm o dobro de propensão à prática religiosa dos que os que experimentaram um “bom divórcio” dos pais. O *dossiê* enfatiza: “Embora o chamado ‘bom divórcio’ seja melhor que um divórcio conflituoso, ele continua não sendo um bem”. Os filhos de pais que se divorciaram amigavelmente, aliás, podem até sofrer mais do que aqueles cujas famílias enfrentaram altos níveis de conflito, já que podem interpretar que, se pessoas amáveis não conseguiram realizar um casamento feliz, talvez a própria instituição do casamento seja a culpada, e não o comportamento dos pais.

As igrejas devem envolver-se mais com os pais divorciados e com seus filhos, pede o relatório. Um pastor protestante oferece sugestões a este respeito. Pastores e líderes juvenis deveriam trabalhar mais para determinar modelos de fé, diz o pastor, já que o divórcio complica o papel que os pais normalmente desempenham. Também é importante ouvir quem sofreu um divórcio e promover um ambiente em que eles possam questionar e tentar descobrir como lidar com o que aconteceu.

A igreja pode representar um importante santuário e um espaço acolhedor para os jovens divididos entre “a casa da mãe” e “a casa do pai”. “Para um filho de divorciados, a igreja pode ser um lugar estável para a recepção e um santuário para a adoração, para os sacramentos, a música, o estudo, a socialização e a diversão”, acrescenta o pastor. “Não é apenas o divórcio que deve ser discutido”, prossegue um dos autores do dossiê. “Nós sabemos pouco também sobre as consequências para a fé dos filhos de casais que coabitam, dos nascidos por inseminação artificial, dos que são criados por casais do mesmo sexo”.

O *dossier* destaca o quanto é importante para a sociedade a instituição da família fundamentada na união estável entre um homem e uma mulher.

FAMÍLIA: UMA NOVA CARTA DOS DIREITOS DA FAMÍLIA*

Sergio Mora

Mons. Vincenzo Paglia, presidente do Pontifício Conselho para a Família, e os leigos Francesca Dossi e Alfonso Colzani, responsáveis do Serviço para as Famílias da Arquidiocese de Milão, estiveram no dia 4 de Fevereiro na Sala de Imprensa do Vaticano para apresentar: *“De Milão a Filadélfia: as perspectivas do Conselho Pontifício para a Família. Apresentação das Actas de Milão 2012”*. O encontro, moderado pelo padre Ciro Benedettini, vice-director da Sala de Imprensa, permitiu ao presidente do Conselho Pontifício para a Família, responder e esclarecer uma série de temas urgentes, como as uniões de facto, a manifestação em Paris sobre as uniões gay, a exploração no trabalho, etc.

Ao apresentar as actas de Milão 2012, Monsenhor Paglia explicou que “A família existe e está sólida”, desmentindo todos aqueles “profetas de desgraça que previam, ou melhor, desejavam a extinção da família”. Isto, obviamente, não nega “os muitos problemas relacionados com o matrimónio e a família” sublinhou Paglia. No entanto, acrescentou, “não podemos esquecer, com os dados na mão, que a família ainda é o “recurso” fundamental das nossas sociedades”. Apesar de todos os problemas que lhe têm sido levantados, ela per-

* Enviado por Zenit.org em 7 de Fevereiro, 2013

manece a instituição que “se coloca no primeiro lugar de segurança, de refúgio, de apoio para a própria vida”, e continua “no topo dos desejos da grande maioria dos jovens”.

O desejo dos jovens ameaçados pela cultura libertária: ainda de acordo com as estatísticas, o presidente do Conselho Pontifício para a Família indicou que, na Itália, cerca de 80% dos jovens declara que prefere o matrimónio (seja civil ou religioso) do que a convivência dos casais. E na França, as pesquisas revelam que o 77% dos jovens - a maioria dos quais estão entre os 18 e 24 anos – deseja construir a própria vida familiar, permanecendo com a mesma pessoa por toda a vida. São dados que nos trazem esperança, embora – afirmou Mons. Paglia – minados por “uma nova situação social na qual o desejo dos jovens se choca com uma cultura que dá mais valor ao indivíduo do que à família”. Por esta razão, o Dicastério para a Família propõe uma “reedição” da Carta dos Direitos da Família, a qual, explicou à ZENIT, “mantém toda a sua actualidade apesar de ter sido escrita exactamente há 30 anos”. A Carta dos Direitos da Família – actualizada com alguns acréscimos propostos por um congresso internacional de especialistas – será apresentada nos próximos dias às Nações Unidas em Nova York e na sede de Genebra. Portanto, será apresentada também ao Parlamento Europeu.

Reafirmando o compromisso da Igreja de recolher esse “património da humanidade” que é a família, o prelado sublinhou o papel social da instituição familiar que “a Igreja conhece bem”, porque são justamente as famílias “que cuidam dos enfermos, e também dos terminais, dos portadores de deficiência e assim por diante”. Neste contexto, o Conselho Pontifício mover-se-á em duas direcções: uma dentro da Igreja de modo que a Família “retome o seu lugar central na sociedade”, porque “se for deixada sozinha não resiste”. O compromisso será orientado, portanto, a “dar força à iniciação cristã e ao sacramento do matrimónio”, intervindo “quando houver feridas” e evitando “prolongamentos que não facilitem o seu papel”.

A outra importante “missão” do Dicastério será realizada no campo cultural. “A cultura tem abandonado a família” - disse Mons. Paglia -. Os jovens não se casam porque a família é sentida mais como um fardo do que como uma perspectiva. “Devemos deixar claro que o amor entre marido e mulher é para sempre, não é só aquele que se diz terem pelos clubes de futebol *Roma* ou o *Lazio*”.

As Jornadas de Milão: em seguida, Francesca Dossi e Alfonso Colzani, leigos responsáveis pelo serviço às famílias do Encontro de Milão, apresentaram o livro que contém as actas da reunião com o título: “*A família: o trabalho e a festa*”.

Entre as intervenções que animaram as jornadas de Milão e que o livro recolhe, destaca-se a de Bento XVI, que em nove ocasiões falou da realidade familiar em todas as suas dimensões, e as discussões dos 98 relatórios provenientes de todo o mundo, alguns dos seus relatores participando igualmente com palestras específicas outros participando em mesas redondas. Recordando “a forte presença do Santo Padre,” os relatores afirmaram que “foi um momento de plenitude petrina, ao sentir a Igreja unida e una, com a consciência de ser uma família na fé, e de que a família é o primeiro lugar da fé, não só cronologicamente, mas também o lugar no qual é possível experimentar as bênçãos de Deus”.

Interrogado sobre outros tipos de união, Mons. Vincenzo Paglia respondeu que isso “é um terreno que a política deve percorrer com muita clareza, porque a encruzilhada da sociedade e o entrelaçamento das gerações acontece no coração das famílias”. Mais especificamente, falando das uniões homossexuais, o bispo lembrou “a igual dignidade de todos, porque todos somos filhos de Deus”, mas ao mesmo tempo ressaltou que “a família é formada por um homem e uma mulher” e que “não se pode chamar matrimónio uma união justificada somente pelo afecto”. “Se cinco homens têm afeição um pelo outro, ou se um pai tem carinho por sua filha, isso não pode ser considerado matrimónio” disse. Portanto, acrescentou, “o *respeito*

pela verdade não requer a remoção das diferenças nem um igualitarismo doentio que elimina toda a diferença”. “O arquipélago das situações afectivas existentes”, concluiu D. Vincenzo Paglia, “encontra solução no direito já existente”.

Sobre a pergunta se “dois pais têm direito a um filho”, o bispo ironicamente respondeu: “De nenhuma maneira estamos num supermercado, o filho é um dom. Tudo isso não pode ser destruído. A Igreja continuará a dizer a verdade com muita sinceridade, defendendo todos os direitos, em todos os países”.

Um último pensamento foi posteriormente dirigido ao “Manif Pour Tous”, a mobilização em defesa da família natural que, há algumas semanas, reuniu cerca de um milhão de pessoas em Paris. A este respeito, Mons. Paglia disse: “Temos de prestar homenagem aos bispos franceses, que reabriram o debate”, lembrando também as outras autoridades que aderiram à iniciativa, entre as quais o Grande Rabino da França, homens de cultura e representantes de outras religiões.



NOTÍCIAS
E
COMENTÁRIOS

ABUSO DA AUTORIDADE

Uma sentença iníqua que viola os mais elementares direitos, garantias e liberdades, assim pode ser definida a decisão do Tribunal de Sintra, que retirou sete filhos a uma mulher, por se ter recusado a fazer a *laqueação das trompas*.

Este é um dos sintomas (apenas um, de vários...) de uma violação clara da liberdade numa sociedade que se afirma democrática, mas que afinal assenta em violência e tirania ideológica sobre todo aquele que ousar afrontar o pensamento único, característico da ditadura do relativismo a que nos temos referido frequentemente..

O facto é exemplar: Liliana Melo, mãe de dez filhos, sem qualquer referência de maus tratos físicos, psicológicos, higiénicos ou qualquer outro tipo de abusos, ficou sem sete dos seus filhos há mais de sete meses. Por ordem do Tribunal de Sintra, as crianças, com idades entre os seis meses e os sete anos, foram sujeitas à medida de protecção de menores mais extrema – dadas à Segurança Social para adopção, perdendo todos os vínculos parentais para sempre. Porquê?

O Tribunal reconheceu que existem laços de afectividade fortes na família, referindo mesmo que as filhas mais velhas têm sucesso escolar e estão bem integradas no seu ambiente social. A decisão do Tribunal de Sintra baseou-se somente nas dificuldades económicas da família e no facto de a mãe ter “desrespeitado” o acordo de promoção e protecção de menores ao *recusar-se a laquear as trompas* – acordo realizado apenas entre as técnicas da Segurança Social e o Tribunal.

Liliana Melo dá pormenores da sentença: «Tinha de arranjar emprego, zelar pela higiene e vestuário das crianças, assegurar a pontualidade e a assiduidade deles na escola, ter em dia os planos de vacinação e *fazer uma laqueação das trompas*», conta a mãe, lembrando que deixou claro ao juiz que, por ser muçulmana, não se poderia submeter à operação que exigiam. «O que o juiz me disse foi que tínhamos de deixar em África os nossos hábitos e tradições e que aqui tínhamos de nos adaptar».

E, assim, o tribunal entendeu que a menor de seis meses, os gémeos de dois anos e os irmãos de três, cinco, seis e sete anos estavam em risco, e resolveu retirá-los de casa e perderem o contacto com a família. A sentença determinou ainda que as filhas mais velhas ainda menores, na altura com 16 e 11 anos, ficassem com os pais.

Perante esta notícia, publicada no semanário «Sol» de 18 de Janeiro passado, e assinada por Margarida Davim, só encontramos duas palavras para exprimir o que sentimos – pasmo e revolta.

B.-T.

(texto baseado na notícia do jornal «Sol»)

ALCOOLISMO

Os dados da **Sociedade Portuguesa de Alcoologia (SPA)** divulgados à agência Lusa a propósito do **Dia Nacional dos Alcoólicos Anónimos**, assinalado na terça-feira, 12 de Março, referem que 40% dos homicídios estão relacionados directamente com problemas de álcool.

Estimam ainda que 25 a 30% dos acidentes rodoviários estejam directamente ligados ao consumo de bebidas alcoólicas, assim como 25% da sinistralidade laboral.

“O consumo excessivo de álcool tem consequências gravíssimas”, disse à agência Lusa o presidente da SPA, adiantando que os problemas de alcoolismo estão ligados a 60 doenças diferentes, o que gera uma mortalidade entre 25% a 30% do número total de mortes por ano.

Em Portugal, morrem cerca de 7 mil pessoas por ano devido a problemas ligados ao álcool, sendo assim considerado o terceiro de 26 factores de risco de doença, depois do consumo de tabaco e da hipertensão arterial, elucidou Rui Augusto Moreira.

Os estudos realizados estimam que a prevalência de dependentes de álcool em Portugal ultrapasse os seis por cento, “o que coloca desafios muito sérios para o tratamento, recuperação e reabilitação dos doentes alcoólicos”, refere a SPA.

Alerta ainda que os jovens e as mulheres têm-se revelado como grupos de risco para o consumo de álcool, verificando-se “consumos cada vez mais preocupantes”.

“As consequências são emergentes com perturbações no desempenho escolar, na sinistralidade rodoviária, nas doenças sexualmente transmissíveis, nas gravidezes indesejadas e nos riscos do desenvolvimento das crianças, particularmente no que respeita ao baixo peso, negligência e abuso”, acrescenta.

Muitos dos prejuízos causados pelo álcool são suportados por terceiros, como atropelamentos por pessoas embriagadas, pessoas que morrem em acidentes em que o condutor estava alcoolizado, custos psicológicos suportados por familiares e instituições.

Segundo Rui Moreira, calcula-se que a despesa do Estado com estes problemas represente 3% do Produto Interno Bruto.

A SPA defende que perante um número tão elevado de dependentes de álcool, é urgente “facilitar o acesso a cuidados de saúde”.

Rui Moreira considerou que o “sistema de saúde tem capacidade para dar resposta”, mas o “problema essencial” é a organização das estruturas estar “desajustada a este tipo de problemas”.

“Neste momento, por défices de organização, eu penso que uma pessoa com problemas de álcool vê-se um bocadinho aflita para obter resposta junto do centro de saúde e de algumas estruturas que restam da reorganização dos serviços de saúde”, sublinhou.

“Antigamente havia centros de alcoologia, depois as unidades de alcoologia e agora o que é feito destas estruturas, que respostas dão? O feedback que tenho de alguns centros de saúde é que a resposta é deficitária”, acrescentou.

Para o responsável, é fundamental “organizar os serviços de modo a dar respostas reais e efectivas às pessoas que precisam e desenvolver trabalho de prevenção no sentido de evitar que as coisas aconteçam”.

(Enviada por Lusa para Notícias ao Minuto; 2ª-feira, 18 de Março de 2013)

“CASAMENTO” HOMOSSEXUAL

A manifestação em Paris

- Em Espanha, em Portugal e em muitos outros locais, ninguém pensava que os franceses iriam reagir como o fizeram. Serena Asunción, jornalista espanhola, apesar do frio e da chuva, não desistiu de ficar no Champ de Mars, microfone na mão, para entrevistar os participantes da *Manif Pour Tous*, realizada em Paris no dia 13 de Janeiro.

A “Manifestação para Todos” reuniu cerca de um milhão de pessoas para protestar contra o projecto do governo de François Hollande, “que quer abrir o casamento aos casais do mesmo sexo, como afirma o título oficial do texto”, discutido pela Comissão das Leis da Assembleia Nacional francesa.

Com os pés na lama, a jornalista espanhola está ainda mais espantada com a presença de um grupo de homossexuais, entre eles um corajoso professor espanhol, Philippe Ariño, que publicamente afirmou “praticar a abstinência” e “viver uma fé intensa em Jesus e um profundo amor pela Igreja”.

Significativa também era a presença dos *Poissons Roses* (Peixes Rosa) e da associação *Mais Gays sem Casamento*, de Xavier Bongibault, além de muitos representantes de diferentes religiões, cristãos, judeus, muçulmanos, prontos para protestar principalmente contra a adoção de crianças por casais homossexuais.

A multidão ouviu com atenção a leitura da carta ao presidente François Hollande. Quando centenas de milhares de pessoas cantam “Hollande, a tua lei não é bem-vinda”, com respeito, mas com determinação, é porque algo importante está a acontecer. O animador passa o microfone para diversos representantes da multidão. O carisma de *Frigide Barjot*, cuja energia iria varar a noite, criou vínculos de amizade que faziam dançar e dar as mãos. Foi um protesto contra um projecto de lei, mas sem violência.

Não se destacava nenhum slogan de partido; havia apenas uma humanidade comum, unida na diversidade: homens, mulheres, crentes, não-crentes, jovens e idosos, pessoas em cadeira de rodas ou de pé, famílias, solteiros, funcionários, cidadãos. Todos mostrando juntos que a “diversidade” não é fácil, mas é uma realidade fértil e educativa.

“Nós não organizámos isto em conjunto com as religiões”, disseram os organizadores. “Pelo contrário, o nosso slogan é: leigos e religiosos, venham como vocês são!”.

A *Manif* ultrapassou um milhão de manifestantes, apesar do nervosismo após os recentes ataques em Mali e na Somália, e apesar do céu cinzento, do frio, da chuva, do inverno.

A jornalista conta ainda que a primeira bandeira que viu, desfilando na Place d’Iena, sob a estátua equestre de George Washington, trazia escrito em letras garrafais: “Matrimoniófilo, e não homofó-

bico”. E a primeira que viu no Champ de Mars: “Não destruam as referências”. “Papá + Mamã”, a referência para toda criança. O presidente da *Mais Gays Sem Casamento* repetia: “Eu tenho a sorte de ter um pai e uma mãe”.

Em Paris ou em Roma, ou em qualquer outro lugar, os valores em que a sociedade se baseia “não são negociáveis”.

Apesar desta espantosa manifestação, a lei foi aprovada pelos supostos representantes do povo.

Por cá, tudo se passou em silêncio: é o «Triunfo dos Porcos» tão bem contado por Orwell.*

B. T.

(Notícia baseada no texto enviado por Zenit.org, em 16/01/2013, escrito por Anita Sanchez Bourdin)

LANÇAMENTO DE UM LIVRO

No salão nobre da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, no Palácio da Independência, em Lisboa, decorreu no dia 11 de Janeiro último a sessão de lançamento do livro “**Um olhar para Portugal no Mundo**”, cujo autor é o Director da Acção Médica, Professor Doutor José de Paiva Boléo-Tomé. A sessão foi organizada pela casa editora Edições Colibri e nela estiveram presentes mais de uma centena e meia de pessoas que excederam largamente a capacidade da sala. A mesa da presidência era composta pelo Senhor Dr. Alarcão Troni, presidente da Sociedade, pela Senhora Professora Doutora Maria do Rosário Themudo Barata, Professora Catedrática

* Georges Orwell – O Triunfo dos Porcos (Animal Farm, 1944).

Jubilada, pela Senhora Professora Doutora Manuela Mendonça, Presidente da Academia Portuguesa de História, pelo Senhor Tenente General Alexandre de Sousa Pinto, Presidente da Comissão Portuguesa de História Militar, pelo Representante da Casa Editora e pelo Autor do livro agora proposto aos seus leitores e à cultura portuguesa.

Nas palavras então proferidas, os membros da mesa apresentaram o livro e o autor sublinhando o rigor histórico e o sentido de oportunidade da publicação deste conjunto de textos que se referem à presença de Portugal no Mundo e na História, e à gesta de um povo que teve o engenho e a coragem de abrir outros caminhos aos mundos de então, abrindo as portas à modernidade. Consolidadas as fronteiras terrestres do território, Portugal seguiu os caminhos dos mares desconhecidos e sem limites, com a Cruz de Cristo nos velames das naves, firmado nos conhecimentos de navegação criados pelos seus sábios, no engenho dos seus artífices navais e na coragem dos seus marinheiros. E soube depois criar laços e tratos que ainda hoje se reconhecem e perduram na memória, nos afectos e nas pedras.

O Professor Paiva Boléo-Tomé, Professor de Cirurgia e de História da Medicina, nas suas viagens e nos seus contactos, sempre soube reconhecer os percursos da nossa presença de Portugueses no mundo. Guardaremos nestas páginas, se Deus quiser, um comentário mais extenso ao livro agora publicado.

A redacção da Acção Médica

ACÇÃO MÉDICA HÁ CINQUENTA ANOS

Abre o nº 3 do ano XXVII da nossa revista, relativo a Janeiro a Março de 1963, com um artigo de Jonathan Gould, que presumimos médico católico americano e que uma nota de fundo de página refere representar uma comunicação apresentada ao Congresso de Londres, realizado no ano anterior. Ocupa-se da problemática da adolescência em meio urbano e está recheado de quadros estatísticos relativos a comportamentos ilícitos e/ou criminosos e sua prática por adolescentes. Embora pareça ter interesse o estudo sobre enquadramento bio-psico-social da delinquência juvenil, a total ausência de informação sobre o meio, as circunstâncias e os lugares concretos onde se terão observado os fenómenos descritos tornam impossível, ao leitor de hoje, avaliar do interesse e alcance deste contributo.

Um breve artigo do Professor Manuel Halpern (então assistente em Lisboa) visa os problemas morais da prescrição de anticoncepcionais inibidores da ovulação. Reconhecendo a validade da prescrição sempre que se tenha em vista objectivos terapêuticos (regularização de ciclos irregulares e, eventualmente, emprego no puerpério e lactação), recusa, sabiamente, opinar sobre outros usos, remetendo a decisão, em cada caso concreto, para a consciência do médico e do católico.

Os dois artigos seguintes ocupam-se, novamente, do caso de Liège, a que já fizemos referência nestas notas, insertas no número anterior. Como se recordarão, trata-se do caso da família Vandeput

(mãe, avó e tia) que administrou uma dose letal de barbitúrico à sua bebé recém-nascida, Corinne, que apresentava grave deformidade (focomelia), típica do efeito teratogéneo da talidomida (que a mãe tomara durante a gravidez). As mulheres, denunciadas pelo pai de Corinne e acusadas de homicídio voluntário, foram absolvidas pelo tribunal (com júri), que entendeu tratar-se de uma morte misericordiosa, por compaixão com um ser humano que nunca poderia ter uma vida feliz, dada a ausência de braços. O Dr. Diamantino Martins relata com pormenor este caso, reproduz a argumentação da acusação à qual junta argumentos de ética médica, da lei divina e da própria realidade social (há muitos deficientes felizes, há muitas famílias dedicadas aos seus membros deficientes e profundamente recompensadas pelos cuidados que lhes prestam) para verberar a decisão judicial, tomada sob pressão de uma ruidosa minoria.

De muito elevado interesse é a entrevista concedida pelo Professor Miller Guerra, que ao tempo ensinava Deontologia Médica e Neurologia na Faculdade de Medicina de Lisboa. Esta ilustre figura da Medicina nacional não se exime a tomar posição clara e belamente argumentada para rejeitar a sentença do tribunal belga, mas junta a este veredicto ético considerações de muito alcance sobre a responsabilidade da indústria farmacêutica, que sempre terá de proceder ao mais exaustivo estudo dos seus produtos (o que no caso da talidomida tinha sido correctamente executado). Dedicava uma importante reflexão à mobilização sentimental da população, fomentada pela imprensa, e sujeita a paixão e tendências irreflectidas que não deixam ver com clareza a situação. Para Miller Guerra, os jurados não conseguiram exercer plenamente a sua função, sob o assalto da opinião pública e das circunstâncias exploradas pela defesa. Faz notar que dos (infelizmente) milhares de casos de crianças sem braços, devido à talidomida, apenas nesta situação a família optou pelo infanticídio. As outras mães rogam a Deus que

lhes conserve a vida mutilada dos seus filhos. Aos médicos incumbe procurar aliviar os males e as penas, reduzir o défice e prolongar a existência. Muitos destes deficientes vivem, trabalham e estão integrados na sociedade.

Esclarece ainda Miller Guerra que se não trata de um caso de eutanásia – a morte da bebé foi involuntária, ela não a solicitou – trata-se, indubitavelmente, de homicídio directo e premeditado. O médico não pode praticar a eutanásia nem esconder um crime de homicídio.

Finalmente, em sábias e reflectidas palavras, Miller Guerra afirma que é necessário proclamar o direito à vida, mas também ouvir o apelo à solidariedade que casos destes configuram. Somos todos responsáveis com todos os outros, na unidade do propósito e da acção.

Panorama das ideias, Bibliografia e Sínteses médicas trimestrais são as usuais secções de fecho do fascículo.

Walter Osswald

ACÇÃO MÉDICA

ANO LXXVII, Nº 1, 2013

RESUMOS

- HABEMUS PAPAM – Nota da Direcção sobre a renúncia de Bento XVI e a eleição do novo Papa Francisco 5
- AINDA A FAMÍLIA
- **Segredo da Família, segredo da saúde, segredo da Fé** – Pe. Duarte da CUNHA 7
O amor é uma imagem de Deus que tem sido muito distorcida nas sociedades contemporâneas. A cultura consumista prevalecente precisa de purificar a ideia do amor de modo a que nas relações humanas não permaneça a instrumentalização de uns pelos outros, entre as pessoas e entre as comunidades. As sociedades precisam das famílias que são a imagem mais completa da comunhão trinitária que é Deus para se poder construir segundo o bem.
 - **Família, espaço de resistência** A. BAGÃO FELIX 48
O texto refere-se à desconsideração a que a família tem sido submetida pela cultura contemporânea, pela acção política e por uma forma de passividade das famílias, vencidas pela pressa, pela angústia, pela indiferença e pela resignação. Citam-se os principais documentos pontifícios recentes relativos à família referindo que não é possível um desenvolvimento sustentado sem a qualidade e a participação activa das famílias.
 - **A Família e as crises** – J. BOLÉO-TOMÉ 51
Numa sociedade recheada de contradições, dominada pelo relativismo moral, a Família e os seus valores como escola de formação é, sem dúvida, a principal vítima das agressões ideológicas dos que pretendem dominar as sociedades destruindo todo e qualquer suporte moral. A Família tem necessidade de dispor de tempo para o Encontro, para cultivar a Vida, as Virtudes e os Deveres, o esforço, a fidelidade, a felicidade, a liberdade, o Amor. Só assim será espaço de fecundidade, apesar dos problemas que a atingem.
 - **Família e sociedade** – Pedro VAZ PATTO 63
A família é a primeira e mais básica das instituições sociais, visto que o primeiro objectivo de qualquer comunidade é o de assegurar a sua sobrevivência

e a sua renovação. Neste texto a família é encarada como o maior bem social, visto que dela provem o principal capital humano, espiritual e social de uma sociedade. A saúde e coesão de uma sociedade dependem da saúde e coesão da família.

- **A Família, o divórcio e a Fé** – Pe. John FLYNN 75
 Foram publicados nos EUA os resultados de um inquérito feito a estudantes que demonstra que os filhos dos casais divorciados têm menor prática religiosa. O relatório publicado refere-se a que em cada ano cerca de um milhão de crianças vivem o divórcio dos seus pais; um quarto dos jovens adultos estudantes são filhos de pais divorciados. Mais de um terço dos adultos jovens de famílias unidas é praticante, contra um quarto das pessoas que vêm de lares desfeitos.

- **Uma nova Carta dos Direitos da Família** – Sérgio MORA 79
 O Presidente do Conselho Pontifício para a Família e os representantes das famílias apresentaram as Actas da Reunião de Milão 2012: “*De Milão a Filadélfia: as perspectivas do Conselho Pontifício para a Família*”. O Presidente do Conselho Pontifício respondeu a perguntas sobre uma série de temas relacionados com o matrimónio como as uniões de facto, a manifestação sobre as uniões homossexuais e a exploração no trabalho.

- NOTÍCIAS E COMENTÁRIOS 85
 Fazem-se uns comentários breves sobre notícias publicadas nos últimos meses na imprensa: **1)** sobre a notícia de uma sentença proferida num Tribunal português que retirou a tutela dos filhos a uma mãe que se recusara a praticar a **laqueação das trompas**; **2)** sobre dados publicados pela Sociedade Portuguesa de Alcoologia acerca das doenças relacionadas com o **consumo excessivo do álcool** que é considerado o terceiro factor de risco de doença depois do tabaco e da hipertensão arterial; **3)** sobre a manifestação **Manif pour Tous** que reuniu em Paris cerca de um milhão de pessoas para protestar contra o projecto do governo de François Hollande, que abriu o casamento a casais do mesmo sexo. **4)** Lançamento de um livro (*Um Olhar para Portugal no Mundo*); **5)** «Acção Médica» há 50 anos.

NOVOS ASSOCIADOS

Foram admitidos como novos associados:

- ✓ Dr. António Miguel Teixeira Marques Pinto | Santo Tirso
- ✓ Dr. Pedro David Teixeira Marques Pinto | Santo Tirso
- ✓ Dra. Maria Carmo Alonso Claro | Guarda

SÓCIOS FALECIDOS

Tomamos conhecimento do falecimentos do nosso Associado:

✓ Dra. Maria Teresa Gomes | Porto

À família enlutada a Associação dos Médicos Católicos Portugueses manifesta o seu pesar.